



**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CAROLINE ROSANE NILSON**

**PAIS NAS REDES SOCIAIS:  
CONCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL**

**ERECHIM**

**2021**

**CAROLINE ROSANE NILSON**

**PAIS NAS REDES SOCIAIS:  
CONCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Flávia Burdzinski de Souza.

**ERECHIM**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Nilson, Caroline Rosane

Pais nas redes sociais: concepções e narrativas sobre a Educação Infantil / Caroline Rosane Nilson. -- 2021.

93 f. : il.

Orientadora: Mestre Flávia Burdzinski de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Erechim, RS, 2021.

1. Criança. Educação Infantil. Família. Redes sociais. I. Souza., Flávia Burdzinski de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**CAROLINE ROSANE NILSON**

**PAIS NAS REDES SOCIAIS:  
CONCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado para obtenção de grau de Licenciada em  
Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul –  
*Campus Erechim.*

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 26/04/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>ª</sup>. M<sup>a</sup>. Flávia Burdzinski de Souza.– UFFS  
Orientadora



Prof<sup>ª</sup>. M<sup>a</sup>. Sylvania Regina Irgang– UFFS  
Avaliadora interna



Prof<sup>ª</sup>. M<sup>a</sup>. Magali Maria Johann– UNICENTRO  
Avaliadora externa

Dedico esse trabalho a minha mãe Ilzabete que sempre  
esteve ao meu lado e que com certeza foi a maior  
incentivadora de um sonho que não é só meu, mas também  
é dela.

Com todo o meu amor, te dedico.

## AGRADECIMENTOS

E finalmente chegou esse momento, um momento de pura gratidão. Agradeço, primeiramente a Deus por me manter na direção certa. Agradeço a minha família, mãe Ilzabete, pai Pedro, irmãos Glauber e Leonardo, irmãs Liliane e Bruna, sobrinha Maria Eduarda, cunhados e cunhadas que sempre me apoiaram para que eu pudesse chegar até aqui. Minha gratidão eterna em especial a minha mãezinha que esteve comigo nos melhores e nos piores momentos, me apoiando e até mesmo fazendo os “trabalhos manuais” do estágio. Agradeço também ao meu namorado Marcos, por me apoiar e nunca me deixar desistir, por estar comigo sempre, me ajudando com todos os trabalhos, obrigada por aguentar todos os choros e por toda a dedicação e carinho nessa fase – amor não tenho nem palavras para expressar o quanto você foi fundamental para que eu pudesse chegar até aqui.

Minha gratidão mais do que especial a minha orientadora Flávia que não mediu esforços para que essa pesquisa pudesse ter sido concretizada. Agradeço por toda a dedicação, paciência e por ser essa profissional excepcional que com certeza é meu maior exemplo de dedicação e de amor pelas crianças, e por lutar por uma pedagogia da orelha verde. GRATIDÃO!!!

Não poderia deixar de agradecer ao meu Fundão: Stéphanie, Leila, Renata, Valdicir, Lúbia, Tatiane e Carina. Que estão comigo desde o primeiro dia de aula, confesso que sentirei saudades do chimarrão de todas as noites, das conversas, das risadas, dos trabalhos em grupo. Vou sentir muita saudade dessa fase tão linda em que passamos sempre juntos.

Agradeço também a todos os professores que passaram por mim, e que com certeza deixaram suas marcas, mostrando uma pedagogia da escuta, que leve em consideração os sujeitos e suas realidades, sempre propiciando uma aprendizagem significativa. Não posso deixar de agradecer a Aline que me auxiliou, mesmo de longe, na produção dessa pesquisa tão linda – minha gratidão eterna por todo o auxílio.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado,  
mas faz parte do processo da busca. E ensinar e  
aprender não pode dar-se fora da procura, fora da  
boniteza e da alegria.”

(FREIRE, 2004)

## RESUMO

A presente pesquisa propõe um estudo acerca da temática “Pais nas Redes Sociais: concepções e narrativas sobre a Educação Infantil”. Com o aumento do uso das redes sociais, as famílias têm recorrido a plataforma de mídias sociais, em especial ao Facebook, para buscar orientações, soluções e ajuda em relação a educação dos filhos que frequentam a Educação Infantil. Nesse sentido, tal estudo tem como problemática de pesquisa investigar o que os pais, usuários dos grupos do Facebook de Educação Infantil, compreendem sobre a Educação Infantil? Assim, a metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativo com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental teve como fonte obras, artigos, dissertações, teses e documentos federais relacionados ao tema, que ajudaram a construir o referencial teórico da pesquisa. Primeiramente o estudo conceituou família, criança, infância e Educação Infantil, percorrendo a história social da criança e da família desde a Idade Média até os dias atuais. Em seguida, buscou-se abordar a função da Educação Infantil, discutindo o processo de construção da sua identidade educativa, como espaço de desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. A produção de dados da pesquisa de campo, foi realizada a partir de um questionário online com perguntas abertas e fechadas, que foi publicado em três grupos de Educação Infantil do Facebook. A partir das respostas produzidas com os questionários, foram organizadas três categorias de análise, usando a perspectiva da análise de conteúdo a partir das considerações de Bardin (2009), discussão que compõem o quarto capítulo do trabalho. Conclui-se que as respostas produzidas pelos pais nos questionários, ainda trazem aspectos de uma Educação Infantil voltada ao assistencialismo e pensada de maneira a ser preparatória para o Ensino Fundamental o que remete a aspectos históricos da Educação Infantil. Além disso, este estudo possibilitou uma melhor compreensão sobre o que as famílias compreendem sobre a Educação Infantil do ponto de vista de sujeitos que estão ao mesmo tempo dos dois lados, sendo família e escola. A presente pesquisa, reconhece a importância da interação entre a família e a escola para que ambas as instituições possibilitem a todas as crianças aquilo que é delas por direito: uma educação de qualidade.

**Palavras-chaves:** Criança. Educação Infantil. Família. Redes sociais.

## **ABSTRACT**

The present research proposes a study about the theme “Parents on Social Networks: conceptions and narratives about Early Childhood Education. With the increasing use of social networks, families have turned to social media platforms to seek guidance, solutions, and help with the education of the children who attend Early Childhood Education. In this sense, such a study has a research problem to investigate what parents, users of Facebook groups of Early Childhood Education, understand about Early Childhood Education. Thus, the methodology of research used is qualitative with bibliographic, documentary, and field research. The bibliographic and documentary research had as source works, articles, dissertations, theses, and federal documents related to the theme, which helped to build the theoretical framework of the research. Firstly, the study conceptualized family, child, childhood, and early childhood education, covering the social history of the child and family from the Middle Ages to the present day. Then, sought to address the role of Early Childhood Education, discussing the process of building their educational identity, as a space for the integral development of children from 0 to 5 years and 11 months of age. The production of data from the field research was carried out from an online questionnaire with open and closed questions, which was published in three groups of Early Childhood Education on Facebook. From the responses produced with the questionnaires, three categories of analysis were organized, using the perspective of content analysis from the considerations of Bardin (2009), a discussion that makes up the fourth chapter of the work. It is concluded that the answers obtained from the parents in the questionnaires, still bring aspects of an Early Childhood Education focused on assistance, and thought in a way to be preparatory for Elementary Education, which refers to historical aspects of Early Childhood Education. Also, this study enabled a better understanding of what families understand about Early Childhood Education from the point of view, of subjects who are at the same time on both sides, being - family and school. This research recognizes the importance of the interaction between the family and the school, so that both institutions enable all children to have what is rightfully theirs: quality education.

**KEYWORDS:** Child. Child Education. Family. Social Network.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 - Las Meninas: Diego Velázquez (1656)</b> .....	23
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b> – Documentos e legislações utilizadas na Pesquisa documental .....	17
<b>Quadro II</b> – Campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular .....	41
<b>Quadro III</b> – Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento propostos pela BNCC .....	53
<b>Quadro IV</b> – Aspectos que os familiares podem verificar diretamente na creche ou na pré-escola .....	56
<b>Quadro V</b> – O que os familiares podem verificar com a criança sobre o atendimento na educação infantil .....	57
<b>Quadro VI</b> – O que os familiares podem observar diretamente na criança sobre o atendimento na educação infantil .....	58

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1</b> – Sexo dos participantes da pesquisa .....	46
<b>GRÁFICO 2</b> – Idade dos participantes da pesquisa .....	46
<b>GRÁFICO 3</b> – Idade das crianças .....	47
<b>GRÁFICO 4</b> – De que maneira ocorre a interação entre a família e a escola .....	49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 CONCEITOS E HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA.....</b>	<b>23</b>
<b>3 CRIANÇAS E EDUCAÇÃO INFANTIL: QUESTÕES HISTÓRICAS E ATUAIS.....</b>	<b>31</b>
3.1 FUNÇÕES ATUAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
<b>4 FAMÍLIAS, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE APONTA A PESQUISA DE CAMPO?.....</b>	<b>44</b>
4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM E ESPERAM AS FAMÍLIAS? 46	
4.2 INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA .....	52
4.3 AS REDES SOCIAIS NA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

*“Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.”*  
(Carr, 1996)

A família é a primeira instituição social na qual o sujeito é inserido, por isso tem uma importância significativa na formação das crianças. Nesse sentido, é preciso considerar que a educação é responsabilidade da família e da escola, com colaboração da sociedade, conforme argumenta a Constituição Federal de 1998. Evidencia-se que com equilíbrio e apoio a educação das crianças é compartilhada socialmente por essas duas instituições.

Assim, a educação parte do seio da família, já que essa instituição é o primeiro espaço em que a criança vivencia e aprende sobre convivência, regras, restrições, valores e outros fatores, porém não se restringe a ela. Nesse sentido é importante permitir que todos os sujeitos tenham uma família, conforme preconizam as legislações do nosso país, sejam pais, mães, avós, tias, tios, padrinhos, cuidadores, tutores, adotivos, etc., que as acolham e que junto com a escola possam lutar pela garantia de seus direitos.

A presente pesquisa objetiva investigar qual a compreensão que os pais usuários dos grupos do Facebook têm sobre a Educação Infantil? Pois com o aumento do uso das redes sociais, problematiza-se por quais motivos os pais têm recorrido a plataforma de mídias sociais, em especial ao Facebook, para buscar orientações, soluções e ajuda em relação a educação dos filhos que frequentam a Educação Infantil.

A investigação justifica-se pelo desejo pessoal e acadêmico de compreender qual a concepção dos pais usuários dos grupos do Facebook sobre a primeira etapa da educação básica, dos quais eu também frequento. Visto que, em alguns dos referenciais teóricos lidos durante o curso de graduação em Pedagogia, a relação entre família e escola é vista como parte essencial e fundamental para uma educação integral e de qualidade da criança. É possível compreender essa relação a partir de autores como Demo (2001); Costa (2007); Sarmiento (2008), Kuhlmann Jr., (2010); Craidy & Kaercher, (2001); Kramer (2010) entre outros.

A Educação Infantil tem se mostrado fundamental para a formação das crianças, sendo reconhecida somente em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996). Já a educação

básica, de modo geral é garantida como direito de todos e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988. De acordo com a Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p.).

Sendo a educação um direito para todos, a relação entre a família e a escola torna-se essencial para a formação dos sujeitos. A partir do ano de 2013 com a Lei nº 12.796 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a matrícula das crianças na escola passou a ser obrigatória aos 4 anos de idade, o que estende o tempo de permanência da criança na escola e muda as relações estabelecidas. Conforme Tavares e Nogueira:

[...] a relação família-escola vem se transformando: a família foi percebendo que o acompanhamento dos estudos é uma necessidade, tanto para verificar o desenvolvimento dos filhos, quanto para estimulá-los. E esse distanciamento pode provocar o desinteresse escolar e, em algumas classes menos favorecidas, pode produzir um sentimento de desvalorização da educação (2012, p. 49).

Apesar de distintas as funções da família e da escola, é inegável que ambas têm um papel fundamental na educação das crianças, o que torna necessária a parceria entre as duas instituições para a formação humana. Sendo assim, busca-se compreender quais os conceitos, as dúvidas e sugestões que os pais têm perante as escolas de Educação Infantil, pois muitos tem recorrido as redes sociais para pedir ajuda, buscar sugestões, criticar e relatar fatos que ocorreram na trajetória escolar de seus filhos.

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho se organiza em quatro capítulos. No primeiro capítulo, discorro sobre a metodologia utilizada, sendo de abordagem qualitativa com uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de um questionário público online com perguntas abertas e fechadas destinadas aos pais que utilizam os grupos de Educação Infantil que frequente no Facebook.

O segundo capítulo intitulado “Conceitos e História Social da Criança e da Família”, objetiva compreender e conceituar criança, infância, Educação Infantil, contextualizando histórica e socialmente da Família. O estudo aponta os avanços e conquistas que ocorreram na Educação Infantil, perante as mudanças na sociedade e os direitos adquiridos pelas crianças com o decorrer do tempo. Concordando com Angotti,

Elementos da história do atendimento à infância precisam e merecem ser conhecidos, entendidos e analisados para que se possam elaborar e manter a luta pelas condições educacionais que favorecem a inserção da criança na

sociedade à qual pertence sua condição de direito em ser pessoa, em ser e viver as perspectivas sociopolíticas histórico e cultural que sustentem as bases do sujeito, protagonistas da história de seu próprio desenvolvimento, interlocutora de diálogo aberto com e em um mundo em permanente e absoluta dinamicidade. (ANGOTTI, 2006, p. 17)

No terceiro capítulo intitulado como “Crianças e Educação Infantil: Questões históricas e atuais”, objetiva-se compreender as funções atuais da Educação Infantil, enfatizando sua importância para o processo de formação integral das crianças. Para isso a investigação fez uso de documentos federais que abordam a importância da relação família e escola a fim de compreender a importância dessa relação para a formação humana. Como aporte teórico, foram utilizados os seguintes autores: Craidy (2001), Oliveira (2010), Souza (2007), (2018), Cardoso; Carrancho (2017); e também alguns documentos do Ministério da Educação (MEC), como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e sua revisão (BRASIL, 2009a, BRASIL, 2019), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009c), e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

No quarto capítulo, “Educação Infantil: o que pensam e esperam as famílias?”, é discutida a importância da participação dos familiares na escola e essa importância é ressaltada na medida em que é possível encontrar trabalhos e pesquisas realizados nesta área. Além disso, nesse capítulo são discutidas as três categorias de análise construída a partir do questionário usado na pesquisa de campo: Educação Infantil: o que esperam as famílias (composta pelas respostas das perguntas 3 e 4; 2); Interação entre família e escola (perguntas 5 e 6); e 3) Redes sociais: família e Educação Infantil (pergunta 7).

Por fim, nas considerações finais, aponta-se sobre a importância da relação entre a família e a escola, desenvolvendo uma reflexão a partir das respostas obtidas nos questionários publicados nos grupos de Educação Infantil do Facebook. Salienta-se que a aprendizagem não ocorre somente na escola, mas também na vida familiar, porém é na escola que as práticas e experiências pensadas de maneira intencional se efetivam e produzindo interações significativas, pois esse é o espaço formal de aprendizagem.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo objetiva apresentar o percurso metodológico escolhido para o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como principal objetivo compreender qual a concepção dos pais, usuários dos grupos do Facebook de Educação Infantil sobre a Educação Infantil, identificando suas dúvidas, sugestões e concepções a respeito da primeira etapa da educação básica.

Para atingir o objetivo deste trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa, como uma das possibilidades de compreender o processo da temática, abrangendo a objetividade no campo da educação e da autoformação docente.

O qualificativo de uma pesquisa indica, de modo imediato, a historicidade de sua área de atuação e sua distinção em relação a um rigor outro outras formas de pesquisa. A terminologia pesquisa qualitativa é logicamente distinta de pesquisa quantitativa. [...] Isso significa não desconhecer a historicidade do que se pode chamar de pesquisa qualitativa qualificada, porque está em jogo uma disputa longamente sedimentada entre o modelo físico-matemático de realidade objetiva e o modelo complexo de realidade objetiva-subjetiva que inere ao ser humano discernir e elaborar criativamente ao infinito, por necessidade vital e não por veledade ou acaso (MACEDO; GALEFFI; PIMENTEL, 2009, p. 17-18).

De acordo com Severino (2007), essa abordagem implica em características qualitativas que dimensionam o trabalho e a reflexão de modo pessoal, autônomo, criativo e rigoroso. Tudo isso leva a contribuir com a ciência que considera o professor como pesquisador de si, de seus saberes pelo olhar da cientificidade e subjetividade presentes na pesquisa qualitativa.

Desse modo, para que essa abordagem de pesquisa pudesse ser desenvolvida, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais e uma pesquisa de campo com uso de questionário público online com pais usuários de redes sociais. Em relação à pesquisa bibliográfica, Boccato (2006) destaca que:

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Assim, num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para poder constituir os argumentos e a narrativa da escrita do trabalho, a fim de fazer um

apanhado mais geral sobre aquilo que já se tem pesquisado sobre o tema desse trabalho de conclusão de curso (LAKATOS e MARCONI, 2010), pois, de acordo com Severino (2007, p. 122):

[...] a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

O autor Severino (2007, p. 122) também defende que “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” Em outras palavras, o levantamento bibliográfico, permite criar uma estrutura para a pesquisa, tornando possível uma análise ainda mais crítica e profunda sobre o assunto em questão, por isso foram usadas obras, artigos e documentos legais na consolidação dessa pesquisa.

Nessa mesma lógica, Oliveira (2002, p. 119) evidencia que “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Desse modo, a pesquisa bibliográfica contribuiu de maneira significativa para o estudo acadêmico, auxiliando o entendimento do tema de pesquisa, conceituando e buscando relações entre: criança, família, Educação Infantil e redes sociais.

Aliada a pesquisa bibliográfica, a análise documental também permitiu aprofundar os estudos dos conceitos necessários ao desenvolvimento do tema de pesquisa. Segundo Lüdke e André (2017), a análise documental se constitui como uma técnica que aborda dados qualitativos, tanto para complementar informações já obtidas quanto para desenvolver um tema ou problema. Para as autoras, nesse processo, as informações contidas no documento podem ser determinadas com base em interesses pessoais. Para elas, qualquer material escrito, seja uma revista, regras, texto, regulamentos, etc., é considerado um documento.

Lüdke e André (2017) ainda destacam que esse tipo de análise beneficia muito a pesquisa, pois destaca que os documentos constituem uma fonte sólida e rica de informações, além de servir de base para diversos tipos de estudo dentro da mesma área, o que dá mais sustento aos resultados obtidos. Os documentos são basicamente uma “fonte natural” de informações, o custo deles é baixo e o investimento maior é o de tempo e atenção do pesquisador.

Finalmente, como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p. 46).

De acordo com Bardin (2009), a primeira fase é a fase de organização propriamente dita, pois corresponde a organização do material e a seleção dos documentos a serem analisados. Assim, nesse primeiro momento, foram selecionadas as principais legislações, documentos legais e publicações do Ministério da Educação sobre a Educação Infantil e que estão disponíveis na internet.

**Quadro I** – Documentos e legislações utilizadas na Pesquisa documental

ANO	NOME DO DOCUMENTO
1916	Código Civil Brasileiro
1959	Declaração Universal dos Direitos da Criança
1961	Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional fixada pela Lei nº 4.024/1961
1971	Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - fixada pela lei Lei nº 5692/1971
1988	Constituição da República Federativa do Brasil
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente - fixado pela lei Lei nº 8.069/1990
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - fixada pela Lei nº 9.394/1996
2006	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
2009	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009
2009	Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009
2009	Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) - fixado pela Lei nº 13.005/2014
2018	Base Nacional Comum Curricular

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A pesquisa documental nesses arquivos, procurou identificar questões relacionadas ao conceito de Educação Infantil e o papel da família, nesse sentido os indicadores usados na busca dentro dos documentos foram: “família” e “Educação Infantil”. Os resultados, aliados a pesquisa bibliográfica permitiram construir o referencial teórico do trabalho.

A segunda fase do trabalho, consistiu na produção de dados, a partir de uma pesquisa de campo, realizada em um espaço/campo virtual, mais especificamente em grupos de Educação Infantil do Facebook, no qual faço parte. Realizou-se uma busca por

grupos de pais de Educação Infantil no Facebook, porém os grupos de pais são criados em sua maioria para as escolas e de modo privado. Desse modo, observando os grupos de Educação Infantil no qual eu faço parte foi perceptível que diversas publicações eram feitas por pais não atuantes na área, muitas vezes questionando alguma coisa, retirando dúvidas, e até buscando sugestões em torno da Educação Infantil. Assim, o Facebook foi um facilitador na produção e de registro dos dados obtidos por meio de questionários respondidos pelos pais usuários desses grupos, elencando as respostas dos pais a respeito da concepção dos mesmos com relação a Educação Infantil.

A produção de dados utilizando um questionário online foi escolhida, por proporcionar a participação de pais das crianças que estão na Educação Infantil em todo o Brasil, permitindo que os pais expressassem seus anseios, dúvidas e hipóteses sobre a função da Educação Infantil na formação de seus filhos. Assim, esta pesquisa desenvolveu-se de forma coletiva e colaborativa. Os questionários foram compostos por questões abertas e fechadas, permitindo que os sujeitos participantes da investigação expressassem com suas palavras os seus conhecimentos sobre a temática em questão. Severino (2007, p. 125) caracteriza o questionário como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

As perguntas que constituem o questionário do grupo de Educação Infantil realizado com os pais das crianças foram<sup>1</sup>:

1. Qual a idade do/da seu/sua filho/a? (você pode assinalar mais do que uma opção caso tenha mais de um filho na Educação Infantil)

1

2

3

4

5

2. Seu/sua filho/a frequenta uma escola de Educação Infantil:

Pública

Privada

---

<sup>1</sup> Cópia do questionário on-line encontram-se nos apêndices desse trabalho.

( ) Conveniada (privada que recebe recursos da rede pública)

3. Para você, o que é Educação Infantil?

4. Qual o papel/função da Educação Infantil hoje? Quais as experiências devem ser vivenciadas pelo seu/sua filho/a?

5. De que maneira acontece a interação entre a sua família e a escola de seu/sua filho/a? Você pode marcar mais de uma resposta.

( ) Reuniões mensais

( ) Reuniões semestrais

( ) Reuniões anuais

( ) Palestras com profissionais sobre assuntos diversos

( ) Dia das mães

( ) Dia dos pais

( ) Dia dos avós

( ) Apresentações de fim de ano

( ) Encerramento de projetos

( ) Bilhetes via agenda

( ) Grupos de estudos

( ) Conselho de Pais e mestres

( ) Conversas frequentes com a professora

( ) Nas entregas de avaliações

( ) Nas redes sociais

( ) Outros, exemplo: \_\_\_\_\_

6. Se você pudesse mudar algo na escola do/da seu/sua filho/a, o que seria?

7. Por que você recorre aos grupos de Educação Infantil no facebook? O que espera encontrar neles?

Os questionários foram colocados em três grupos de Educação Infantil no Facebook, intitulados como: 1 e 2) “Professores da Educação Infantil” e 3) “Professores da Educação Infantil por Amor”. Desse modo, juntamente com o questionário, foi anexado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>2</sup>, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a autorização para divulgação das respostas e imagens das mesmas,

---

<sup>2</sup> Cópia do termo encontra-se no apêndice desse trabalho.

sempre tendo suas identidades preservadas. O material produzido foi utilizado para uso desta pesquisa, não havendo intervenção.

Na pesquisa de campo, o objetivo/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p. 123).

Como esta pesquisa envolve seres humanos é importante que tudo esteja dentro das exigências éticas, deixando claro todas as informações envolvidas na pesquisa. Para preservar a identidade dos participantes, foram escolhidos números, por isso as mesmas foram nomeadas como: Família 1, Família 2, Família 3, Família 4, até que todas as famílias sejam contempladas. Para autorização da pesquisa de campo, elaborou-se um Termo de Consentimento Informado, em cumprimento à Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012, que define as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos do item II. 23:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou seu representante legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (BRASIL, 2012, p. 59).

Com o termo de consentimento, os familiares estarão cientes das questões éticas referentes a pesquisa. Estando cientes também de que o objetivo do questionário foi construir uma reflexão sobre o tema da pesquisa e que os dados produzidos foram utilizados somente para tais fins, mantendo o anonimato dos mesmos.

Na terceira etapa da pesquisa, foi realizada a reflexão dos dados das respostas produzidas por meio dos questionários, em que pretendia-se utilizar categorias que aproximassem as temáticas obtidas nas respostas. De acordo com Galiazzi e Moraes (2005, p. 116):

Cada categoria corresponde a um conjunto de unidades de análise que se organiza a partir de algum aspecto de semelhança que as aproxima. As categorias são construtos linguísticos, não tendo por isso limites precisos. Daí a importância de sua descrição cuidadosa, sempre no sentido de mostrar aos leitores e outros interlocutores as opções e interpretações assumidas pelo pesquisador.

Depois de realizar a leitura de todas as respostas obtidas nos questionários, realizou-se a categorização e agrupamento por unidades, para facilitar a análise dos dados. Para que a criação de categorias fosse possível, foi preciso quantificar o número total de

vezes em que cada uma delas aparecia nas respostas dos participantes, para verificar a sua frequência. Assim, as categorias criadas foram:

- 1) Educação Infantil: o que esperam as famílias (composta pelas respostas das perguntas 3 e 4);
- 2) Interação entre família e escola. (perguntas 5 e 6);
- 3) Redes sociais: família e Educação Infantil (pergunta 7);

A partir disso, realizou-se a reflexão de todas as respostas obtidas durante o processo de produção de dados, buscando sempre o embasamento teórico para consolidar a pesquisa, processo que constituiu o último capítulo do trabalho de conclusão de curso, no qual teve como objetivo responder a problemática de pesquisa.

## 2 CONCEITOS E HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA

Com o intuito de compreender a concepção atual de criança na sociedade, esse capítulo busca realizar uma retrospectiva dos fatos históricos que retratam a criança, a infância, a Educação Infantil e a família, para que seja possível compreender melhor as mudanças e as transformações ocorridas ao longo da história, as quais organizam o atual contexto da educação das crianças.

A expressão família surgiu do latim “famulus”, que significa “escravo doméstico”. De acordo com o Minidicionário da Língua Portuguesa, família significa o “Conjunto de pai, mãe e filhos; Pessoas do mesmo sangue; Descendência; Linhagem” (BUENO, 2007, p. 347). A concepção de família tem variado de acordo com o contexto histórico e o social em que ela está inserida. A família ao longo de toda a história vem se modificando e se adequando, conforme as mudanças culturais e sociais que vão acontecendo (MARTINS, 2012).

Na Idade Média, o conceito de família era regido pelo catolicismo, onde existia uma noção de família patriarcal, hierarquizada, constituída por: mulher, homem e filhos. Para Prado (1981, p. 74), essa família modelo, era a “fonte de estabilidade econômica, base religiosa, moral, educacional e profissional”. Segundo Engels, a origem da família se deu por meio do:

[...] fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos por conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originária espontaneamente (ENGELS, 1979, p. 70).

Historicamente, no Brasil, a família vem sendo moldada sobre regramentos construídos pela sociedade e também pelo sistema jurídico. Em 1916, no Brasil, o Código Civil Brasileiro, inspirado no Direito Canônico e no Código Civil Napoleônico, dispõe da primeira Lei nº 3.071 que rege a instituição familiar. Dentro do Código Civil, foram construídas normas que se referem ao matrimônio, ao parentesco, aos filhos, à herança, entre outros. O Código Civil trazia características da família patriarcal regida pelo casamento monogâmico. É possível destacar no Art. 233 do Código Civil (Brasil, 1916) que o homem era o chefe da família e que toda ela era representada pelo marido.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:  
I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I e 311);

III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, n. IV);

IV - O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III);

V - prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

O Código Civil de 1916, reproduzia a ideia de imagem de família patriarcal, hierarquizada, biológica, unidade de produção e reprodução e de caráter institucional, sendo o casamento indissolúvel, sendo dever do marido, sustentar a casa (BRASIL, 1916). Segundo Prado (2011, p. 9), a família: “[...] é uma instituição social que varia ao longo da História e até apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado”. Ainda segundo a autora,

[...] a família, como toda a instituição social, apresenta aspectos positivos, expõe, ao lado desses aspectos, outros negativos, como a imposição normativa por meio de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Torna-se, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades (PRADO, 2011, p. 12).

Ao longo da história da humanidade, a família vem se modificando de diversas formas na sociedade, sendo essas modificações decorrentes da própria evolução social. Facó e Melchiori (2007, p. 122), representam a família como “[...] um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas, ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo”. Ainda enfatizam que “o sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os seus membros podem ser afetados por pressões interna e externa, fazendo que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros” (Facó e Melchiori 2007, p. 122).

De acordo com Prado (1981, p. 13) a família é “única em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência”. Nessa perspectiva, é importante perceber a importância da família na formação humana das crianças e adolescentes no que diz respeito a sua inserção no mundo, isso não quer dizer que irá determinar de maneira rígida a perspectiva da formação dos sujeitos, mas que tem um papel fundamental.

As mudanças sócio-políticas-econômicas das últimas décadas acabaram modificando a estrutura e a dinâmica familiar, alterando seu padrão tradicional de

organização. Nesse sentido, é preciso falar de famílias no plural devido à diversidade de relações existentes em nossa sociedade. De acordo com Souza (2009)

A família se modifica através da história, mas continua sendo um sistema de vínculos afetivos onde se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Um ambiente familiar estável e afetivo parece contribuir de forma positiva para o bom desempenho escolar da criança. Um lar deficiente, mal estruturado social e economicamente, tende a favorecer o mau desempenho escolar das crianças. Sabe-se que, quando algo não vai bem ao ambiente familiar, o escolar será também de certa forma afetado. Desta forma, percebe-se que a grande maioria das dificuldades apresentadas pelas crianças é proveniente de problemas familiares. Isso ficou claro, quando das conversas com os pais e seus filhos no decorrer de nosso trabalho (SOUZA, 2009, p. 13).

A partir da obra “História social da infância e da família”, do autor Philippe Ariès (1973), grandes estudiosos demonstraram interesse com relação a infância e a criança, colocando ambas como objetos de pesquisa. Até a Idade Média, não havia distinção entre adultos e crianças, não existindo uma preocupação com relação ao desenvolvimento infantil. As crianças eram vistas como adultos em miniatura, onde as características adultas eram visivelmente perceptíveis em pinturas na época, reproduzindo rostos e vestimentas das crianças, apenas em tamanho menor que os adultos (ARIÈS, 1973).

Um exemplo dessa visão, pode ser observada na pintura Las Meninas, de Diego Velázquez (1656).

**Figura 1** - Las Meninas: Diego Velázquez (1656).



Fonte: <https://www.culturagenial.com/quadro-as-meninas-velazquez/>

A maneira pela qual as crianças eram representadas em figuras e imagens nos mostra que elas eram vistas como adultos, porém em estatura menor. Essa visão de criança se deu, pois não havia pesquisas voltadas a infância. Durante a Idade Média, crianças e adultos conviviam nos mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa, não havendo distinção entre adultos e crianças. Desde que nasciam, as crianças já eram introduzidas ao mundo dos adultos, onde já realizavam diversas atividades sem distinção de faixa etária (ARIÈS, 2011). Por muito tempo a infância não foi reconhecida como sendo a concepção de infância algo novo, um pensamento pedagógico moderno. Para Ariès (2011)

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia nos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se numerosos e significativos a partir do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 2011, p. 28).

O autor enfatiza a inexistência da infância até esse período, ressaltando que o conceito de infância estava sendo construído e tomando evolução a partir do século XVI e XVII. Ser criança como faixa etária biológica já existia, o que Ariès defende e identifica como inexistente neste período é a infância, quando coloca que:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (1981, p. 156).

Ainda durante a Idade Média, o corpo da criança era submetido a várias formas de disciplinamento. Os adultos sentiam a necessidade de controlar e disciplinar seus corpos, exercendo fiscalização efetiva com relação aos movimentos da criança. Por muito tempo, esse foi o caminho encontrado para exercer sobre a criança uma rígida disciplina. Exemplificando, é possível utilizar um provérbio muito propagado na época, “Quem não usa a vara, odeia seu filho. Com mais amor e temor castiga o pai ao filho mais querido. Assim como uma espora aguçada faz o cavalo correr, também uma vara faz a criança aprender” (LEVIN, 1997, p. 230).

Foi a partir dos estudos de Rousseau (1995), que é um dos maiores filósofos da História e da infância, que a criança começou a ser vista de maneira diferenciada do que até então ocorria. Foi durante a Revolução Francesa (1789), que o Estado passou a olhar

a criança com mais responsabilidade. Segundo Levin (1997, p. 254), “os governos começaram a se preocupar com o bem-estar e com a educação das crianças”.

No século XV a educação não era para todas as crianças, sendo a escola frequentada apenas pelo clero e pela burguesia. Os ensinamentos que eram passados para as crianças eram realizados na casa das famílias, onde os mais velhos repassavam os ensinamentos dados a eles de geração em geração. Foi somente nessa época em que as escolas começaram a serem frequentadas pelas crianças (ARIÈS, 2011). Segundo o mesmo autor citado “a escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto” (ARIÈS, 2011, p. 159).

Nesse processo de reconhecimento da infância é preciso saber diferenciar entre criança e infância. Um dos pontos a serem destacados é que, o termo criança sempre existiu, sendo as crianças reconhecidas desde o seu nascimento, porém não do modo como é compreendido hoje em dia. Diversas concepções teóricas referentes a criança são encontradas na Filosofia, na Psicologia e na Sociologia. De acordo com Kramer (2010, s.p) crianças são sujeitos:

[...] de pouca idade, que produz cultura, é nela produzida, brinca, aprende, sente, cria, cresce e se modifica, ao longo do processo histórico que constitui a vida humana. As crianças são constituídas a partir de sua classe social, etnia, gênero e por diferenças físicas, psicológicas e culturais.

Nessa perspectiva, a criança deve ser estudada a partir de seu próprio campo e não apenas sob uma perspectiva adultocêntrica (SARMENTO, 2008). Diante dessas considerações, é preciso respeitar a criança como um sujeito histórico e de direitos visto que é por meio de brincadeiras e interações com o outro que ela se torna capaz de aprender e produzir cultura (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). Em outras palavras, Angotti (2006) sinaliza que:

Crianças, seres íntegros em suas manifestações de singularidade, sociabilidade, historicidade e cultura, que, por meio das práticas de educação e cuidado, deverão ter a garantia de seu desenvolvimento pleno pelas vias da integração entre seus aspectos constitutivos, ou seja, o físico, emocional, afetivo, cognitivo/lingüístico e social (2006, p. 20).

Acentuando a filosofia seguida pelas escolas em Reggio Emilia<sup>3</sup>, Rinaldi (2002) destaca que:

Um dos pontos fundamentais da filosofia de Reggio Emilia é a imagem da criança como alguém que experimenta o mundo, que se sente uma parte do mundo desde o momento do nascimento; uma criança que está cheia de curiosidade, cheia de desejo de viver; uma criança que tem muito desejo e grande capacidade de se comunicar desde o início da vida; uma criança que é capaz de criar mapas para a sua orientação simbólica, afetiva, cognitiva, social e pessoal. Por causa de tudo isso, uma criança pequena pode reagir com um competente sistema de habilidade, estratégias de aprendizagem e formas de organizar seus relacionamentos. [...] A nossa imagem é a de uma criança que é competente, ativa e crítica [...] (RINALDI, 2002, p. 76-77).

Já a infância, diz respeito a uma categoria geracional, na qual fazem parte as crianças (KOHAN, 2010) e que passou a ser pesquisada muito recentemente. Para Prout (2005),

A infância deve ser vista como uma multiplicidade de natureza-culturas, que é uma variedade dos híbridos complexos constituídos de materiais heterogêneos e emergente através do tempo. Ela é cultural, biológica, social, individual, histórica, tecnológica, espacial, material, discursiva... e mais. A infância não pode ser vista como um fenômeno unitário, mas um conjunto múltiplo de construções emergentes da conexão e desconexão, fusão e separação destes materiais heterogêneos (PROUT, 2005, p. 144).

Desse modo, a partir desses estudos realizados, compreende-se que a criança é um sujeito que está inserido em uma categoria geracional: a infância, que é uma fase da vida que antecede a adolescência e a vida adulta. Nesse sentido, é preciso reconhecê-las primeiramente como sujeitos (KOHAN, 2010), ou seja, a criança integra a categoria da infância, ao completar 12 anos, passa a fazer parte da adolescência.

As concepções de infância e criança foram sendo modificadas ao longo do tempo, mas ainda aparecem nos discursos atuais, por exemplo, ainda há quem acredite na criança como um ser frágil, inocente, que necessita de cuidados. De outro lado há quem acredite na concepção de um ser que precisa ser disciplinado. Fatos que surgiram com o modernismo e trouxeram para o cotidiano das crianças a fragilidade e a vulnerabilidade na infância, conforme destaca a autora Sonia Kramer (2011)

---

<sup>3</sup> A filosofia educacional seguida pelas escolas de Reggio Emilia (região ao norte da Itália) para Educação Infantil, são centradas na criança, reconhecendo-a como um ser ativo, cultural e social e amplamente respeitada como sujeito. Foi a partir dos estudos de Loris Malaguzzi (idealizador da proposta educativa de Reggio Emilia após a Segunda Guerra mundial) que a Pedagogia da Infância foi sendo alvo de estudos. Além disso, o currículo das escolas de Reggio prevêem atividades pedagógicas que se desenvolvem por meio de projetos de investigação. Reggio Emilia também pode ser descrita como “uma coleção de escolas para crianças pequenas, nas quais o potencial intelectual, emocional, social e moral de cada criança é cuidadosamente cultivado e orientado.” (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016, p. 33)

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos; e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tornando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto (2011, p. 18).

Entre os séculos XIX e XX, muitas pesquisas e debates acerca da infância foram realizados e a mesma tornou-se um campo de estudos, passando a ser denominada como uma categoria de construção social que se modificou a partir do tempo e da sociedade. Nos estudos de Carvalho, a autora afirma que:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Rousseau (2004) indica a importância do viver a infância sem pressa, assimilando experiências e conhecimentos que são adquirimos nesta fase da vida.

Não se conhece a infância; no caminho das falsas ideias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem (ROUSSEAU, 2004, p. 4).

Nos dias de hoje, as crianças criam e recriam a sociedade permitindo que realizemos uma reflexão a respeito da sua conceituação. Cohn (2005) discute sobre o papel da criança diante de uma sociedade que não possui uma identidade definida, uma sociedade multicultural onde as crianças são protagonistas e essenciais na descoberta das características da vida corrida que todos enfrentam.

[...] ao invés de receptáculos de papéis e funções, os indivíduos passam a ser vistos como atores sociais. Se antes eles eram atores no sentido de atuar em um papel, agora eles o são no sentido de atuar na sociedade recriando-a a todo o momento. São atores não por serem intérpretes de um papel que não criaram, mas por criarem seus papéis enquanto vivem em sociedade (COHN, 2005, p. 21).

Para Kuhlmann Jr.(2001) a infância é uma condição do ser criança, ou seja, precisa ser compreendida e respeitada dentro do contexto das relações sociais:

[...] considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história (KUHLMANN, 2001, p. 31).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, em específico no capítulo 3, trata da afeição e do respeito as crianças do direito a convivência familiar e a convivência comunitária, na seção I, em suas disposições gerais, art. 19 consta que:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (ECA, 1990, p. 17).

Além de assegurar que a criança e o adolescente sejam criados e educados no seio de sua família, seja ela natural ou substituta, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) também traz a definição de criança, quando destaca no art. 2º que pode ser considerada criança a pessoa com até doze anos de idade, ou seja, é considerada adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Já em seu artigo III, o estatuto trata dos direitos fundamentais assegurados a estas crianças e adolescentes, para que com isso ocorra o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, assegurando condições de liberdade e de dignidade, em que a sociedade precisa dar garantia para que estes direitos sejam garantidos (BRASIL, 1990, p. 1).

É notável que os conceitos de infância e criança evoluíram, constituindo-se socialmente e marcando seu espaço na construção histórica e social da educação e da sociedade como um todo. A educação, um dos direitos fundamentais das crianças, assegurada por lei desde seu nascimento, é o assunto que será discutido no próximo capítulo desse trabalho. Nesse sentido, é essencial que haja uma reflexão acerca da Educação Infantil, com o objetivo contextualizar as temáticas de criança e Educação Infantil refletindo sobre esta etapa tão importante para o desenvolvimento da criança.

### **3 CRIANÇAS E EDUCAÇÃO INFANTIL: QUESTÕES HISTÓRICAS E ATUAIS**

No Brasil até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade das famílias ou dos grupos sociais em que elas estavam inseridas. A Educação Infantil iniciou seu atendimento juntamente com a escola e o pensamento pedagógico moderno, como destaca Kuhlmann Júnior (2001). Com o surgimento da escola moderna, a Educação Infantil passou a ser vista como um importante momento na vida do sujeito. Nesse sentido, a maneira de encarar a infância e reorganizar os espaços voltados as crianças começou a se modificar, devido aos inúmeros estudiosos e especialistas que falavam a respeito da infância, dos conteúdos e métodos de ensino que deveriam ser trabalhados nesse período.

Inicialmente, a Educação Infantil não era voltada para o desenvolvimento integral da criança, mas sim, ao assistencialismo e a saúde da criança, por isso as primeiras instituições de atendimento estiveram ligadas aos órgãos de assistência social. Havia uma preocupação com o atendimento as crianças mais pobres, em que os cuidados básicos, assim como a alimentação eram os aspectos mais relevantes, ou seja, “[...] uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva [...]” (KUHLMANN Jr., 2010, p. 166).

As escolas de Educação Infantil surgiram com propósito assistencialista, com o intuito de colaborar com as mães que foram se inserido no mercado de trabalho após a revolução industrial e precisavam trabalhar, a fim de ajudar no sustento de suas famílias. Para Medeiros e Rodrigues (2001) a Educação Infantil propriamente dita não existia na sociedade até o século XV, apenas havia instituições que tinham caráter de dar assistência a crianças pequenas e pobres que se encontravam em situação de risco. Conforme esclarece Didonet (2001, p. 12):

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p. 12) “para os pobres, a creche seria um meio para promover a organização familiar, e por isso sempre se colocou como complementar a ela”. Foi somente no século XX em que a criança passou a ter direitos garantidos por lei, e a educação passa a ser um desses direitos, o que deixa a garantia de escola e educação

não mais sob a via de um direito das mães ou da família trabalhadora. Segundo Guimarães (2010),

A partir de então, especialmente no século XX, direitos das crianças, prerrogativas de cidadania, teorias do desenvolvimento, delimitação de etapas da vida infantil, iniciativas da Medicina, da Psicologia, e da Pedagogia formulam discursos e sustentam práticas por meio das quais se forma um ideal de criança (GUIMARÃES, 2010, p. 28).

Em 1959, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, constituída de 10 princípios. No sétimo princípio, a Declaração estabelece condições para que todas as crianças possam ter igualdade e oportunidades para se desenvolver como sujeitos, usufruindo dos espaços educativos ofertados. Conforme a referida declaração,

A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade (UNICEF, 1959, s.p).

No Brasil, os direitos das crianças surgiram com maior força com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido popularmente como o ECA. Esse documento dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente considerando criança, o sujeito com até doze anos de idade incompletos, conforme expressa em seus artigos 3 e 4:

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, s.p.).

A garantia sobre a vida, a família, a ter voz e ser ouvido, são também direitos assegurados pelo estatuto. Essa lei possibilitou garantias de proteção para muitas crianças, principalmente para aquelas que viviam em condições de extrema desigualdade social, em ambientes de violência e negligências, visando seu bem-estar, para que possam se tornar cidadãos capazes de questionar, pensar e criticar todos os movimentos de uma sociedade.

A primeira lei criada para garantir que as crianças pequenas pudessem frequentar a escola no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que foi

formulada e readequada de 1947 a 1961. Em 1961, a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fixada pela lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, já previa a educação “Pré-Primária” em seus artigos 23 e 24 quando apontava que

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (BRASIL, 1961, p. 6).

É perceptível a partir da citação acima, que a Educação Infantil tinha um caráter assistencialista, o atendimento e a qualidade do ensino para as crianças não era prioridade, eximindo a responsabilidade do Estado perante a garantia do direito infantil, a partir do momento em que se colocava a responsabilidade sobre as empresas. Fato que reforça que esse período histórico não via a infância como primordial para a criança, já que estas instituições eram criadas pelas empresas como garantia de que a mulher pudesse trabalhar gerando lucros. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso 1), como responsabilidade no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada (BRASIL, 2009b, p. 5).

A reformulação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1971, passou a denominar como 1º e 2º graus os níveis de escolarização, portanto, as crianças precisavam ter no mínimo sete anos para ingressarem no 1º grau, hoje chamado de Ensino Fundamental. Já as crianças que tivessem menos de sete anos, frequentariam os jardins de infância, escolas maternas e instituições equivalentes conforme previsto no Art. 19:

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes (BRASIL, 1971, s.p).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 vigorou até 1996, quando a versão atual da LDBEN foi reformulada. A partir desse período, a Educação Infantil passou a ser conhecida como a primeira etapa da educação básica, conforme

estipula o art. 29. Segundo o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “[...] a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s.p).

Segundo o art. 30, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil é oferecida em dois níveis: “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996, s.p). Assegurando o desenvolvimento integral das crianças de até 5 anos de idade, conforme expressa o seu artigo 30 (BRASIL, 1996).

O Parecer CNE/CEB n. 20/2009 que revisa as DCNEI, indica cinco premissas que precisam ser cumpridas e consideradas ao organizar a Educação Infantil. Em primeiro lugar, o Estado precisa assumir a responsabilidade da educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias em suas casas. Em segundo lugar, creches e pré-escolas precisam promover igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para que as mulheres possam atuar em diferentes espaços, não somente em espaço doméstico. Em terceiro lugar, as creches e pré-escolas assumem a responsabilidade de serem espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de mundo, assegurando equidade de oportunidades educacionais para todas as crianças independente de sua classe sociais (BRASIL, 2009b).

Em quarto lugar, é obrigação do Estado oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar. Em quinto lugar, é preciso tornar as creches e pré-escolas comprometidas com a democracia a cidadania e com a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2009b).

Pensado sobre isso, é preciso compreender como se deu a construção das leis que garantem a escola pública para crianças desde a Educação Infantil. Nesse sentido, o próximo subcapítulo busca refletir sobre as funções da Educação Infantil, desde a Constituição de 1988, quando a educação básica passou a ser garantida por lei.

### 3.1 FUNÇÕES ATUAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Atualmente, diferentemente do caráter assistencialista e preparatório que perpassam as concepções históricas da Educação Infantil, cuidar e educar são ações indissociáveis que se tornaram essenciais para a formação integral do sujeito criança (BRASIL, 2009b). Nesse sentido, esse subcapítulo busca compreender por meio das leis

e normativas legais, quais foram as conquistas educacionais das crianças brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988, compreendendo as funções atuais da Educação Infantil no país.

A partir do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, as escolas também tiveram muitas mudanças para que pudessem se adequar as novas normativas legais no Brasil. O artigo 53 do ECA pontua que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019) (BRASIL, 1990, s.p.).

Refletindo sobre a citação acima, é perceptível que alguns pontos ainda precisam ser muito trabalhados e conquistados. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola ainda não é possibilitado a todas as crianças.

Segundo o art. 29 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Educação Infantil “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 22). Refletindo sobre esse aspecto, Craidy e Kaercher (2001) salientam que

A creche e a pré-escola têm, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendido. Assim, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para seu desenvolvimento e para a sua felicidade (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 25).

O Parecer CNE/CEB nº 20/2009, acrescenta o aspecto afetivo ao desenvolvimento integral das crianças, o que não é mencionado na LDBEN (BRASIL, 2009b). O documento também conceitua a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, em que as crianças vivenciam experiências que contribuem para o seu desenvolvimento.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou

privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009b, p. 19).

A Educação Infantil é a primeira etapa do processo de educação formal das crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme demonstra a LDBEN (BRASIL, 1996). Na Educação Infantil, o cuidar e o educar não podem estar dissociados, por isso além da escola estar preparada para educar as crianças, precisa compreender que o cuidado perpassa todas as relações estabelecidas com as crianças em seu espaço (BRASIL, 2009a; 2009b).

Para cuidar e educar as crianças, é preciso que as escolas estejam preparadas e equipadas com espaços adequados aos projetos a serem desenvolvidos com as crianças, como por exemplo, a construção de uma área verde que possibilitem brincadeiras e experiências ao ar livre, refeitório equipado, assim como, banheiros com papel higiênico e sabonete para que as crianças tenham autonomia em suas decisões e ações, fornecendo uma aprendizagem integral e significativa, de acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil,

A instituição de educação infantil deve estar organizada de forma a favorecer e valorizar essa autonomia da criança. Para isso, os ambientes e os materiais devem estar dispostos de forma que as crianças possam fazer escolhas, desenvolvendo atividades individualmente, em pequenos grupos ou em um grupo maior (BRASIL, 2009c, p. 40).

O Parecer CNE/CEB n. 20/2009, deixa claro quais as funções sociais, políticas e pedagógicas da Educação Infantil. Segundo o documento a função sociopolítica e pedagógica voltada as crianças devem ser garantidas nos seguintes termos:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; 19 IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009b, p.19-20).

Existem muitas mudanças que ocorrem constantemente na educação básica, com isso foram surgindo diferentes legislações que pudessem adequar e melhorar a qualidade da educação básica no Brasil. Porém, é importante destacar que as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil e sua revisão tem como princípio básico, “[...] orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares” (BRASIL, 2009b, p. 18). Além disso, o documento permite dar um ponto de partida aos profissionais da área, propondo normativas e orientações para o trabalho pedagógico nas escolas.

A Resolução CNE/CEB n.5/2009 que fixa as DCNEI, propõem princípios que devem ser seguidos pelas propostas pedagógicas, que são eles:

**Éticos:** da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; **Políticos:** dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; **Estéticos:** da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009a, p. 8-9).

Conforme a revisão das DCNEI (Brasil, 2009b) no princípio ético, a criança precisa ser levada a conhecer diferentes pluralidades culturais e sociais para que então, possa respeitar diferentes culturas combatendo preconceitos e desigualdades, além disso, precisa ser respeitada para exercer o respeito. O princípio político, indica que a criança precisa ser educada para a cidadania de maneira que possa pensar criticamente sobre os fatos e situações em que a cercam, contribuindo democraticamente em seus espaços de atuação. Já o princípio estético, busca valorizar as criações das crianças, a ludicidade, a criatividade, sendo a Educação Infantil uma instituição que precisa:

[...]organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e idéias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico (BRASIL, 2009b, p. 9).

Diante desses princípios, o art. 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil dispõem eixos norteadores das práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular escolas de Educação Infantil que são as interações e a brincadeira, que garantem as crianças, experiências em diferentes contextos tornando-se significativas para o desenvolvimento integral delas. Conforme as DCNEI, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem garantir algumas experiências:

**I** - Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

**II** - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

**III** - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

**IV** - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporais;

**V** - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

**VI** - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

**VII** - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

**VIII** - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

**IX** - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

**X** - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

**XI** - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

**XII** - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (BRASIL, 2009a, p. 21-22).

Diante das doze experiências traçadas acima pelo art. 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é perceptível que a Educação Infantil não pode mais ser vista como uma “fase preparatória” para o Ensino Fundamental, pois todo o currículo se movimenta de modo a colocar a criança no centro do planejamento pedagógico, promovendo a articulação de seus saberes com o conhecimento que faz parte do patrimônio cultural, científico e tecnológico da humanidade (BRASIL, 2009b).

O currículo da Educação Infantil, foi por muitos anos discutido e repensado. Assim foram elaborados documentos que trazem a importância de respeitar as crianças e suas infâncias na elaboração das propostas pedagógicas das escolas, que é o plano orientador das ações da instituição. O projeto pedagógico,

[...] define as metas que se pretende para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados. É um instrumento político por ampliar possibilidades e garantir determinadas aprendizagens consideradas valiosas em certo momento histórico (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

O Parecer CNE/CEB n. 20/2009, enfatiza que o currículo da Educação Infantil, “é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” (BRASIL, 2009b, p. 6). O documento evidencia que as práticas pedagógicas sejam

Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2009b, p. 6).

As DCNEI reconhecem a criança como sujeito de histórico e de direitos, centro do processo educativo e do planejamento curricular, conceito explicitado no art. 4º da Resolução CNE/CEB 5/2009:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009a, p. 1).

Desse modo, quando passamos a compreender a criança, como um sujeito que produz sua própria história, sua cultura, pensa, brinca, aprende, explora e vivencia o mundo ao seu redor por meio de inúmeras linguagens, passamos a considerá-la como um sujeito histórico e de direitos, um “[...] sujeito social, investigado, observado e compreendido a partir de perspectivas investigativas e teóricas distintas” (SOUZA, 2007, p. 07). Nesse sentido, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira enfatiza que:

A atividade da criança não se limita à passiva incorporação de elementos da cultura, mas ela afirma sua singularidade atribuindo sentidos à sua experiência através de diferentes linguagens, como meio para seu desenvolvimento em diversos aspectos (afetivos, cognitivos, motores e sociais) (2010, p. 5).

Desse modo, a criança passa a compreender o mundo e a si mesma, construindo e modificando as relações com o outro e com os objetos ao seu redor, “[...] a criança desde pequena não só se apropria de uma cultura, mas o faz de um modo próprio, construindo cultura por sua vez” (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é organizado com a criação de metas 20 metas e objetivos para serem

atingido entre os anos de 2014 a 2024, realizando o planejamento desta década educativa. A primeira meta do PNE tem seu objetivo voltado a Educação Infantil,

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como foco o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade na educação infantil (EI). Para essa população, a meta conta com dois grandes objetivos, que se subdividem em função da faixa etária e da demanda: no curto prazo, universalizar o atendimento na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos, até 2016; e até o final de vigência do PNE, em 2024, garantir que, no mínimo, 50% das crianças com até 3 anos de idade sejam atendidas por creches (BRASIL, 2014, p. 21)

Analisando a 1ª meta do PNE (2014) , é perceptível que a ampliação das vagas para a Educação Infantil, é um de seus objetivos, porém é preciso pensar para além das vagas, na qualidade dessa oferta para as crianças, afinal “[...] é direito da criança, portanto, ter acesso a uma prática educativa de qualidade, compatível com o ritmo de seu desenvolvimento nos primeiros anos de vida, respeitadas suas competências e limitações” (CARDOSO; CARRANCHO, 2017, s. p).

Como visto anteriormente, a função social da Educação Infantil, tinha um caráter assistencialista voltado para a saúde, não havendo preocupação com a qualidade da educação das crianças. Nessa perspectiva, a função da Educação Infantil não se preocupava com o desenvolvimento integral das crianças, sendo que a preocupação central estava em “cuidar”, zelar pelas crianças. Fato que tem modificações a partir do momento em que a criança é reconhecida como sujeito único, singular e de direitos. Para os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil:

É importante destacar que essas relações educativas, às quais a autora se refere, na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprios das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado (BRASIL, 2006, p. 17).

Cuidar e educar são premissas que precisam estar presentes no cotidiano da Educação Infantil. Historicamente, o cuidar está relacionado ao corpo, principalmente para as crianças pobres. E o educar está ligado a formação do intelecto e dos aspectos cognitivos da criança. Para Ávila (2002) o cuidar e o educar são “indissociados e indissociáveis. O cuidado e a educação são na esfera pública, o direito a educação para as crianças [...]” (ÁVILA, 2002, p. 126). Nesse viés, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil salienta que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o

acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Ainda de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o cuidar na Educação Infantil,

[...] significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998, p. 24).

É possível destacar a mais nova política pública brasileira voltada a educação básica: a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que reforça as premissas das DCNEI ao considerar a criança como um sujeito pensante e capaz de aprender e se relacionar com a sociedade que a rodeia, mostrando que brincar e interagir são os eixos que norteiam o currículo. A partir disso, a BNCC coloca que:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2018, p. 35).

A proposta de uma Base Nacional, já estava prevista desde a Constituição Federal de 1988. Documentos como o Plano Nacional da Educação (Brasil, 2014), também trazem discussões e propostas importantes para elaboração deste documento. No campo da Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular consolida as conquistas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Nesses termos, Campos e Barbosa (2015, p. 359) dissertam que a BNCC, irá “[...] construir uma orientação a partir da qual os professores pudessem desenvolver suas práticas, respeitando as diversas dimensões da infância e dos direitos da infância e dos direitos das crianças”.

É importante destacar que a organização curricular no Brasil, tem inspiração no trabalho italiano. Assim, os campos de experiência foram lançados em 1991 na Itália, no documento de Indicações Nacional Italiana, como organizadores do currículo da Educação Infantil. Nessa perspectiva a BNCC (2018) no Brasil também se propõe a organizar Campos de Experiência, a partir da reorganização e ampliação das premissas apontadas no artigo 9º das DCNEI (BRASIL, 2009). O quadro abaixo, mostra quais as propostas dos campos de experiências são estruturadas pela BNCC.

## Quadro II – Campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular

Campos de experiências – BNCC
O eu, o outro e o nós
Corpo, gestos e movimentos
Traços, sons, cores e formas
Escuta, fala, pensamento e imaginação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os campos de experiências surgiram com o propósito de organizar o currículo da Educação Infantil de maneira relacional, interativa e significativa, traçando dentro de cada campo, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para três grupos etários: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses) (BRASIL, 2018). O documento aponta que

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2018, p. 63).

Os campos de experiência foram constituídos para auxiliar uma organização curricular mais sensível e acolhedora na Educação Infantil, por respeitar as especificidades dessa etapa da educação. Assim, o documento está organizado de modo a considerar e respeitar os processos de aprendizagem, sendo que os mesmos terão continuidade nas seguintes etapas da Educação Básica nas áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares (BRASIL, 2018).

Diante dessas considerações é perceptível que o documento da BNCC se apresenta como um suporte para a organização curricular da Educação Infantil, portanto não pode ser considerado como “o currículo”, pronto para ser copiado e reproduzido dentro das escolas. Assim, é dever de cada sistema educacional construir seu currículo e suas propostas pedagógicas de modo a considerar as normativas do documento, elaborando objetivos novos que constituirão a parte diversificada do currículo, considerando as especificidades de cada contexto (BRASIL, 2018).

Compreendendo quais foram as conquistas educacionais das crianças brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988, bem como, as funções atuais da Educação Infantil no país, o próximo capítulo introduz e conceitua a relação entre a família, as redes sociais e Educação Infantil, bem como procura refletir sobre os dados produzidos de acordo com os questionários publicados nos grupos de Educação Infantil do Facebook.

#### **4 FAMÍLIAS, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE APONTA A PESQUISA DE CAMPO?**

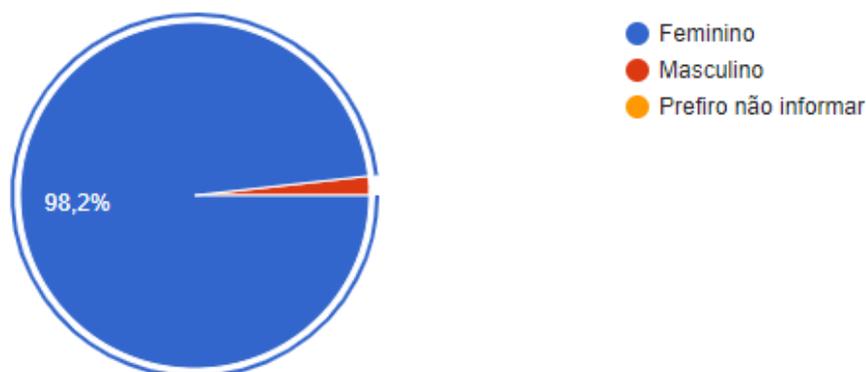
Esse capítulo tem como objetivo conceituar a relação entre a família, as redes sociais e Educação Infantil, bem como, desenvolver a reflexão dos dados produzidos com os questionários da pesquisa de campo. Desse modo, os questionários lançados nos três grupos de Educação Infantil, obtiveram 56 respostas, que fazem parte das reflexões desse capítulo.

Como forma de atingir os objetivos da pesquisa, a análise de dados foi realizada por meio de categorias, unindo temáticas e assuntos próximos, pois, conforme aponta Bardin (2009, p. 117): “As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”

Nesse viés, as categorias que compõem o quarto capítulo desta pesquisa, conforme já foi explicado no primeiro capítulo do TCC, foram organizadas de acordo com o que foi obtido de resposta nas perguntas do questionário realizado com os pais das crianças usuários dos grupos de Educação Infantil do Facebook. Desse modo, as categorias foram organizadas em 3 grupos: 1) Educação Infantil: o que esperam as famílias (análise das perguntas 3 e 4); 2) Interação entre família e escola. (análise das perguntas 5 e 6); 3) Redes sociais, família e escola (análise da pergunta 7).

Assim, essas categorias deram origem aos subcapítulos 4.1, 4.2 e 4.3 desse quarto capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Dentre todas as 56 respostas obtidas no questionário publicados nos grupos de Educação Infantil no Facebook, 55 dos 56 participantes da pesquisa informaram ser do sexo feminino e somente 1 participante informou ser do sexo masculino, conforme o gráfico a seguir:

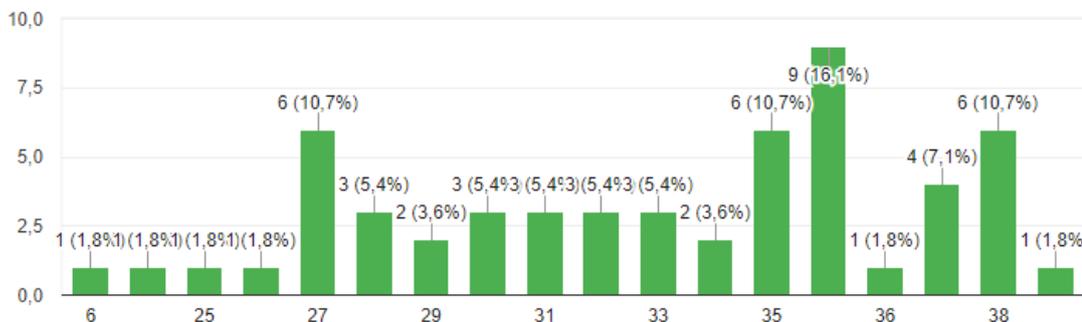
Gráfico 1: Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2021.

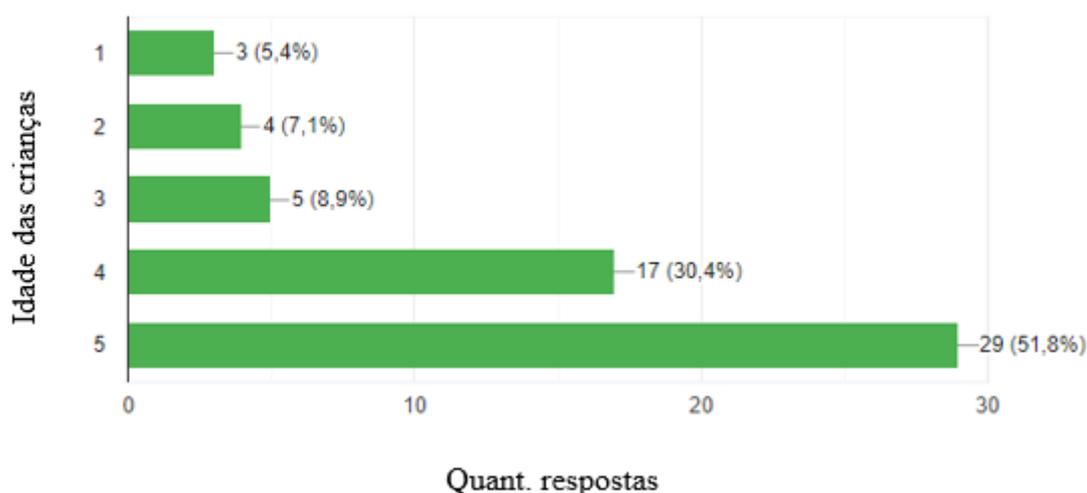
Nesse sentido, é possível perceber que dentre todos os participantes da pesquisa, sua grande maioria são mulheres/mães das crianças que frequentam a Educação Infantil. Outro questionamento realizado, foi a idade dos participantes, que mostra que os pais/mães que utilizam os grupos têm em sua maioria de 27 a 38 anos de idade.

Gráfico 2: Idade dos participantes da pesquisa



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2021

Os pais também informaram a idade dos seus filhos, em que pode-se perceber que a maioria tem filhos(as) na faixa etária da pré-escola:

**Gráfico 3:** Idade das crianças

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2021

#### 4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM E ESPERAM AS FAMÍLIAS?

Um dos principais objetivos dessa pesquisa é saber das famílias o que eles entendem por Educação Infantil e qual seriam suas concepções sobre o papel/função dessa etapa hoje. Assim, duas perguntas da pesquisa de campo compuseram esse objetivo: 3) Para você, o que é Educação Infantil? e 4) Qual o papel/função da Educação Infantil hoje? Quais as experiências devem ser vivenciadas pelo seu/sua filho/a?

Na pergunta número 3: “Para você, o que é Educação Infantil?”, muitas famílias dissertam que Educação Infantil:

*“É proporcionar experiências para crianças para aprimorar, colaborar e compreender o desenvolvimento natural da criança. É respeitar a criança e seus limites. É ter a criança como eixo norteador das experiências<sup>4</sup> proporcionadas” (Família 5).*

*“E a fase mais complexa que a criança deve passar onde nela adquirimos todo o conhecimento inicial da criança proporcionando a eles descobertas autonomia, amplitude no seu desenvolvimento cognitivo e motor” (Família 6).*

*“É fase inicial da educação nela a criança começa a se desenvolver desde o andar pegando estimulando assim para que esteja preparada para a inserção no Ensino fundamental” (Família 7).*

*“É base para a formação deles. É onde se aprende a socialização, a desenvolver a criatividade, aprende a dividir e desenvolvimento motor também” (Família 8).*

<sup>4</sup> As respostas dos questionários foram transcritas na íntegra nesse trabalho, ou seja, sem alterar a ortografia das palavras.

*“É aonde todo conhecimento inicial inicia, é aonde a prioridade deveria estar voltada. Tanto pela parte de gestão quanto a comunidade escolar” (Família 9).*

*“Educação infantil é uma pré etapa de alfabetização, onde as crianças aprendem através de brincadeiras, jogos e muito mais” (Família 14).*

*“Aprender através do Lúdico, de brincadeiras, de socializar com outras crianças através de cooperação” (Família 18).*

*“Ambiente apropriado para cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos de idade” (Família 23).*

Em muitas escritas das famílias é possível perceber o quanto ainda se percebe a etapa com uma concepção preparatória para o Ensino Fundamental, como se fosse o local de aprender algo para usar no “futuro”, ou então, do quanto ainda é presente a ideia de que é somente a partir do momento em que a criança vai para a escola que ela aprende. É perceptível também nas colocações das famílias o quando alguns termos são equivocados ao se referir ao conceito da etapa como “aprimorar” e “estimular”. É importante salientar que nenhum desses termos encontram-se nos documentos que regulamentam e regem a Educação Infantil.

Outro ponto a ser observado, é que alguns dos sujeitos que responderam ao questionário também são profissionais da Educação Infantil, pois muitos familiares que frequentam essas redes sociais disseram que usam as ideias com os filhos e também no seu trabalho. Apesar disso, percebe-se que muitos ainda não compreendem o real conceito de Educação Infantil e acabam reforçando essa concepção histórica de preparação (BRASIL, 2009b).

Dentre as respostas obtidas, por meio da pergunta número 3, duas colocações se diferenciaram das demais devido a uma compreensão mais atual e ampla do papel da Educação Infantil:

*“São espaços de desenvolvimento infantil onde as crianças são estimuladas, através de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos, a exercitar as suas capacidades e potencialidades emocionais, sociais, físicas, motoras, cognitivas e a fazer exploração, experimentação e descobertas” (Família 3).*

*“Primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e junto a sociedade por inteira” (Família 4).*

É possível observar na resposta da família 4 que o conceito abordado é quase idêntico ao de legislações como as DCNEI e a LDBEN, desse modo, é importante salientar que, por mais que as famílias não entendam o que preveem as legislações a

respeito da Educação Infantil, ainda assim, as mesmas sabem que existem leis que regem a Educação Infantil e que as escolas precisam estar de acordo com as normativas feitas por essas legislações.

Como pode-se observar nas respostas, muitas famílias salientam a importância da etapa no desenvolvimento das crianças, trazendo aspectos da sua função social, política e pedagógica, como já apresentado nesse trabalho (BRASIL, 2009b). Porém, apresentaram-se respostas de famílias leigas no assunto, como os exemplos a seguir:

*“Fundamental, para iniciação da alfabetização, e convivência” (Família 1).*

*“Introdução a alfabetização” (Família 13).*

*“Preparação para o ensino fundamental” (Família 20).*

*“Preparar as crianças para ensino fundamental, explorando as habilidades necessárias para o desenvolvimento e para uma aprendizagem significativa” (Família 15).*

Algumas reflexões podem ser feitas a partir desses depoimentos. A primeira é que alguns pais mencionam a preparação para o Ensino Fundamental, mas como seria feita essa preparação? O que devemos preparar nas crianças para o Ensino Fundamental? Essa seria realmente a função da Educação Infantil? Preparar? Na hipótese da Família C preparar tem relação com a aprendizagem significativa: *“Preparar as crianças para ensino fundamental, as habilidades necessárias para o desenvolvimento e para uma aprendizagem significativa”*. Mas será que essa família sabe quais são as “habilidades” a serem desenvolvidas? E o mais importante, o que é habilidade?

Além disso, em diversas escritas das famílias, as mesmas mencionam termos e nomenclaturas que não condizem com a Educação Infantil, nem com os documentos que regulamentam a mesma. Pensando nisso, a BNCC (2018) propõe direitos e objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento na Educação Infantil, o que foge da ideia de “habilidades” e de “preparação”. Conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se são os direitos salientados pela BNCC. Sendo os objetivos de aprendizagem compreendem:

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2018, p. 44)

Esses objetivos auxiliam e norteiam os professores na construção de experiências em sala de aula, para que então, as aprendizagens significativas possam ser desenvolvidas, pois a lógica trazida por esse documento é partir da criança para organizar o cotidiano.

Refletindo sobre o que trata a BNCC e sobre o que muitos pais mencionaram em seus relatos, levantou-se alguns questionamentos: Os pais buscam compreender qual é o objetivo da Educação Infantil para poder discutí-la e questionar a escola sobre seu projeto educativo? Ou os pais continuam esperando que a escola se mantenha firme na reprodução de um sistema educativo que já viveram?

Na Educação Infantil de acordo com os eixos estruturantes do currículo (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver:

**Quadro III** – Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento propostos pela BNCC (2018)

Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento – BNCC (2018)
Conviver
Brincar
Participar
Explorar
Expressar
Conhecer-se

Fonte: Autora, 2021

Portanto, na Educação Infantil, devem ser asseguradas as crianças os direitos mencionados acima, considerando o contexto e as características das mesmas. E o que seria então uma aprendizagem significativa dentro dessa perspectiva? Como já visto nos capítulos anteriores, a Educação Infantil desde os seus primórdios tem uma tendência assistencialista, surgindo com o intuito de auxiliar as famílias, principalmente as mães que precisavam trabalhar, para que tivessem um local seguro onde pudessem deixar seus filhos. Além de dar assistência as famílias, a Educação Infantil também tinha um caráter escolarizante de preparação para o Ensino

Fundamental (BRASIL, 2009b). É tão marcante essa ideia, que temos ainda presente na legislação a nomenclatura: “pré-escola”.

Os pais também foram questionados na pergunta número 4 sobre “qual o papel/função da Educação Infantil hoje? Quais as experiências devem ser vivenciadas pelo seu/sua filho/a?”. Muitos dissertaram concepções como as das famílias 2 e 3:

*“Educação infantil é um alicerce primordial para a aprendizagem, é a primeira etapa da formação acadêmica de uma criança, a importância dessa fase escolar na vida da criança é muito importante para a formação do indivíduo e conseqüentemente como cidadão ativo e participante da sociedade, por isso engana -se quem pensa que as crianças nessa fase vão à escola só para brincar, a escola é um lugar de socialização, transmite valores, regras e atitudes que serão lembradas e utilizadas por toda vida, proporcionando experiências e interações com o mundo social e físico” (Família 2).*

*“Considero a família a Ed. Infantil muito importante para a criança, pois na escola aprenderá por meio da interação com outras crianças e adultos através de um ambiente lúdico e divertido. Meu filho frequenta a escola desde os 7 meses, na Ed. Infantil considero importante que ele vivencie experiências que o façam aprender brincando, ao mesmo tempo q passa junto com seus colegas compartilhando diversão e aprendizagens” (Família 3).*

Essas duas ideias apresentam diversos aspectos que condizem com o que trazem as legislações que normatizam a Educação Infantil, como por exemplo, tratar a criança primeiramente como sujeito e não como aluno (BRASIL, 2009b, 2018). Além disso, as famílias também trazem muito a importância de haver um ambiente que proporcione as crianças experiências e vivências por meio da brincadeira.

As famílias também expressaram a importância do educador ao abordar a discussão da função da Educação Infantil, trazendo aspectos do que os docentes fazem com as crianças, como demonstra a contribuição da família 4 abaixo:

*“O educador tem papel fundamental na vida do meu filho, pois é um profissional com teoria fundamental capaz de proporcionar as experiências necessárias para o meu filho, respeitando seus limites e a faixa etária dele que é de grande importância. As experiências vivenciadas pelo meu filho devem ser para estimular todos os sentidos, causar curiosidade para explorar os materiais fornecidos de todas as formas possíveis” (Família 4).*

O papel do professor na Educação Infantil condiz com um sujeito que deve respeito as crianças, que pensa a condução do trabalho conforme as características e interesses da faixa etária, que em “sala de aula” além de construir estratégias por meio de jogos, literatura entre outras atividades que possam ser desenvolvidas no cotidiano escolar, também é aquele que prioriza o desenvolvimento integral, que coloca as crianças

no centro do planejamento. Para isso, a pesquisa tem um papel essencial, pois não sabemos tudo, mas podemos ter a busca constante na constituição da docência.

O professor pesquisador traz uma característica que o diferencia dos demais colegas. Ele transforma sua docência em atividade intelectual cuja empiria (aquilo que observa) é fornecida por sua atividade de ensino, pela atividade de aprendizagem dos alunos, pela sua própria atividade, pela rebeldia de alguns alunos, pela incapacidade de aprendizagem de outros devido à falta de condições cognitivas prévias, em conteúdo ou estrutura, de condições didáticas apropriadas, ou, ainda, de carência de condições mentais. E, finalmente, por transformar sua prática em função dessa atividade e, eventualmente, publicar suas conclusões, exercitando sua capacidade teórica ou reflexiva e beneficiando, com dias experiências, os colegas professores. Quando isso acontecer, sua reflexão prestará à escola, ao ensino, à educação e, por consequência, à aprendizagem um inestimável serviço (BECKER, 2007, p. 20).

Concordando com a citação acima, além de proporcionar e planejar experiências que coloquem a criança como centro do planejamento, o professor precisa estar em busca de novas estratégias e conhecimentos para desenvolver uma boa prática em sala de aula, fazendo da educação um processo transformador.

Sobre a função da Educação infantil, as famílias também afirmaram que a escola tem o papel de educar formalmente, e que ambas instituições são responsáveis pela educação das crianças, conforme hipótese da Família 5.

*“A família tem a função de complementar à formação do indivíduo, pois são os responsáveis diretos. No entanto a função de educar, de fornecer à educação formal é responsabilidade da escola, ou seja, ambas são coresponsáveis pela formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade das crianças e adolescentes” (Família 5).*

Em muitas respostas das famílias, é possível observar o quanto ainda estão presentes o uso de termos como “transmitir”, “suprir” e “estimular”, além de uma imagem de criança como um ser frágil, como já discutido nos capítulos anteriores desse trabalho.

*“O papel da educação infantil hj é transmitir conhecimentos através de jogos e brincadeiras. As experiências que meu filho deve vivenciar é aprender a conviver com crianças e tbm adultos, aprender a respeitar as diferenças, a educação infantil é a base de tudo, e ele levará esses aprendizados para a vida” (Família 6).*

*“Assistencialismo, infelizmente a educação infantil ainda é vista desta maneira que as professoras estão lá pra cuidar e as crianças para brincar... Porém sempre que fazemos as tarefas enviadas pelas professoras vemos o quão importante é essas etapas da educação infantil na vida das crianças” (Família 7).*

*“As crianças são estimuladas através de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos para exercitar suas capacidades e potencialidades emocionais,*

*sociais, físicas, motoras, cognitivas e a fazer exploração, experimentação e descobertas” (Família 10).*

*“Por termos uma vida corrida, a escola de educação infantil vem para suprir essas experiências tão rica na primeira infância que passam despercebidas na correria do dia a dia. O lidar com natureza, com crianças da mesma idade acredito amplificar as aprendizagens de minha filha” (Família 9).*

Refletindo sobre essas afirmações, é notável muitas ainda não veem a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, com currículo próprio. Mas sim, como um local de “guarda” ou de “preparação” para o futuro. Apesar do discurso das brincadeiras estar presente nas falas, em muitas delas, a brincadeira é usada como um meio para atingir o conhecimento e não porque é linguagem de aprendizagem da infância.

Atualmente, creches e pré-escolas são os níveis que compõe a primeira etapa da educação básica do sistema educacional brasileiro, devendo exercer as funções de cuidar e educar. Por isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, por meio da Resolução CNE/CEB 5/2009 dispõem no artigo 3º, em seu inciso III, que as propostas pedagógicas de creches e pré-escolas precisam promover “práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo, linguístico e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível” (BRASIL, 2009a, p. 1).

É importante destacar que, embora o cuidar e o educar são funções indissociáveis na Educação Infantil (BRASIL, 2009a; 2009b), também são importantes e necessárias para todas as outras etapas da educação. A partir da compreensão do cuidar como parte integrante da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, podemos compreender que o educar implica a elaboração de atividades educativas contextualizadas e intencionais direcionadas ao desenvolvimento das crianças, conforme propõe a BNCC (BRASIL, 2018).

#### 4.2 INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A participação da família na vida escolar das crianças, ganha cada vez mais espaço no contexto atual. A necessidade de estabelecer uma parceria entre ambas as instituições com um objetivo comum de contribuir para a formação do sujeito criança. Cada vez mais se discute a importância da participação dos familiares na escola e essa importância é ressaltada na medida em que se é possível encontrar infinitudes de trabalhos e pesquisas

realizados nesta área. Conforme salienta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

As trocas recíprocas e o suporte mútuo devem ser a tônica do relacionamento. Os profissionais da instituição devem partilhar, com os pais, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e informações relevantes sobre as crianças utilizando uma sistemática de comunicações regulares (BRASIL, 1998, p. 79).

As instituições família e escola são as duas maiores instituições sociais da sociedade moderna. Como visto nos capítulos anteriores, a escola, cabia apenas a instrução e à família era a responsável pela educação moral e a socialização do indivíduo na sociedade. Foi a partir da Constituição de 1988, em que o direito à educação passou a ser de todas as crianças. Foi também nesse período em que uma visão mais respeitosa de currículo começa a surgir, para a pré-escola e para a creche.

Através de muita luta a partir da Constituição de 1988, é que a Educação Infantil pela primeira vez na história do Brasil reconheceu um direito próprio da criança pequena que era o direito à creche e à pré-escola. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis. A partir daí tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencialista. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural (BARRETO; DA SILVA; MELO, 2010, p. 4).

Szymanski (2009) relata que a família e escola precisam trabalhar juntas, cada uma tem seu papel fundamental e não menos importante que a outra na formação das crianças e de futuros cidadãos. Na Educação Infantil é imprescindível que os meios de comunicação com os familiares funcionem e que tenham como eixo orientador ouvir os pais ou responsáveis pelas crianças para que eles possam estar informados sobretudo o que se refere à vida escolar de seus filhos.

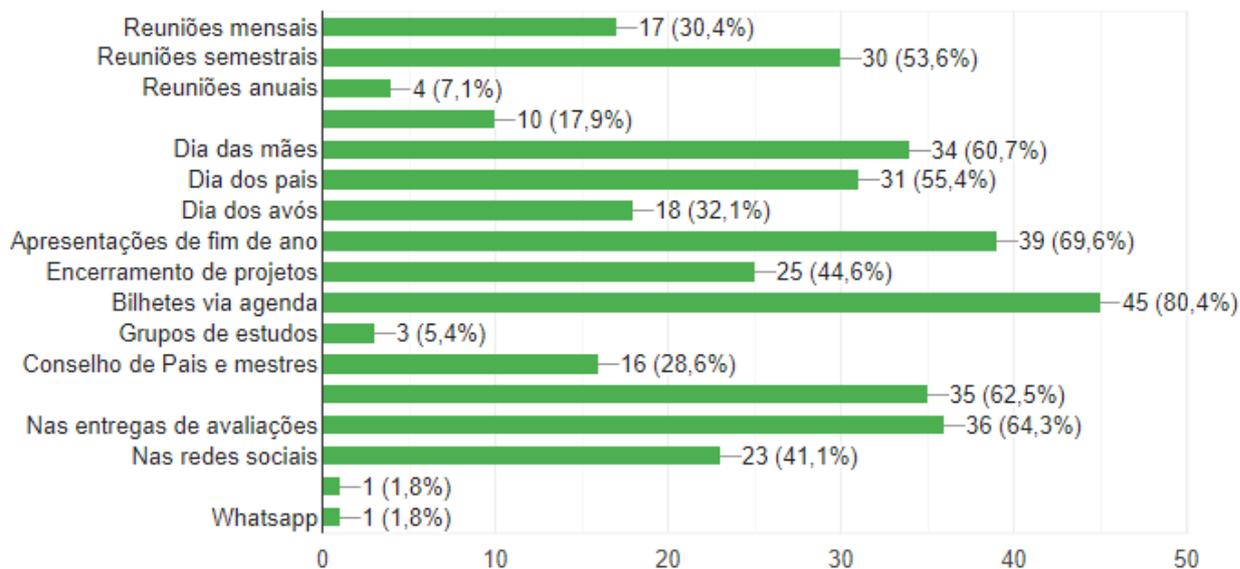
Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p. 50).

Concordando com a citação acima, a aproximação da família com a escola, além de promover uma comunicação saudável, poderá permitir que ambas possam trabalhar de maneira a proporcionar as crianças uma educação de qualidade.

Quando questionados na pergunta de número 5, sobre de que maneira acontece a interação entre a família e a escola das crianças, foram elencados alguns itens nos quais

as famílias poderiam assinalar ou então descrever em qual outro momento acontecia essa relação. A partir das respostas produzidas, pode-se organizar o gráfico de número 4:

Gráfico 4: De que maneira ocorre a interação entre a família e a escola?



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2021.

Os dados produzidos permitem perceber que as famílias tendem a estabelecer relação com a escola através de reuniões, entrega de avaliações, em datas comemorativas como o dia dos pais e o dia das mães, apresentações de fim de ano, por meio de rede social, etc. Nenhuma família trouxe algum dado novo que não havia sido levantado previamente e também nenhum dos participantes da pesquisa informou que vai até a escola para participar de alguma atividade juntamente com a criança, ou então vai para desenvolver e/ou contribuir em projetos educativos. Os resultados deste estudo mostram que, a comunicação, para a grande maioria dos participantes, é realizada primeiramente por meio de bilhetes via agenda escolar e em segundo lugar pelas apresentações de fim de ano realizadas na escola.

A participação das famílias das crianças na escola precisa estar incluída também nos projetos desenvolvidos na escola. Conforme Santos (2007, p. 95) “Todos tem o direito de intervir, de se expressar e ter acesso a qualquer informação. O canal de diálogo deve estar aberto a qualquer momento para que os protagonistas desse processo – pais, crianças e educadores – sintam-se incluídos, respeitados e valorizados”.

É importante que tanto os professores quanto as famílias tenham a oportunidade de diálogo dentro do espaço escolar para que possam trocar ideias, sugestões e angústias, refletindo sobre a importância do papel de cada um na educação das crianças. Para diminuir o distanciamento entre a família e a escola, é necessária uma relação de cooperativismo entre as partes. Concordando com Sousa (2012),

Uma das funções da escola é buscar uma aproximação com as famílias de seus alunos, pois enquanto instituição pode promover atividades como: interação e apoio com diversos profissionais como psicólogos, fazer visitas aos familiares, reuniões de pais e mestre com maior frequência, bem como a realização de trabalhos técnicos com a participação dos familiares para que estes possam conhecer os conteúdos que seus filhos estão desenvolvendo nas diversas atividades curriculares, proporcionando ligação entre escola-família-professores (SOUSA, 2012, p. 14).

Freire (2000a, p. 18) reitera que “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, ou seja, sabemos que a escola não consegue educar sozinha, sendo assim, a educação precisa da participação efetiva entre família e escola, sendo de fundamental importância a participação frequente da família nas escolas.

Nesse contexto pais e educadores buscam, sem a intenção de transferir responsabilidade e sim estabelecer diálogos, instituir formas de interações sociais que propiciem a participação e a cooperação entre as famílias e a escola. Através dessa relação crianças aprendem, interiorizam conteúdos e constituem sua identidade (RIBEIRO, 2011, p. 21).

Nesse sentido, a participação pode ser entendida de várias maneiras, segundo Silva & Varani (2009, p. 516) a participação dos pais e da comunidade:

[...] não pode cair no equívoco de delegar aos pais e à comunidade aquilo que compete ao Estado, por meio da escola, realizar. Não se trata de os pais prestarem uma ajuda unilateral à instituição de ensino nem de a escola repassar parte de seu trabalho aos pais; não basta permitir formalmente que as famílias participem da administração da escola e também não se pode exigir que eles participem do que não têm condições de dar conta e que é obrigação da escola fazê-lo.

A família precisa estar presente na escola durante as tomadas de decisões e não só na entrega de avaliações ou apresentações de final de ano, como foi ressaltado pela pesquisa. É participando das decisões que envolvem a escola que os pais ficam por dentro do que está acontecendo e podem colaborar, melhorando então a qualidade educacional das crianças, já que: “[...] estarão mais capazes, intelectualmente, de usufruir melhor de bens culturais a que têm direito e que antes não estava ao seu alcance” (PARO apud VARANI, SILVA, 2009, p. 517).

É de suma importância que a família tenha interesse pela vida escolar das crianças. A revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, salientam a parceria entre a família e a escola por meio do seguinte trecho:

O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parceiras, reconhecendo-as como criadoras de diferentes ambientes e papéis para seus membros, que estão em constante processo de modificação de seus saberes, fazeres e valores em relação a uma série de pontos, dentre eles o cuidado e a educação dos filhos. O importante é acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos. Nessa perspectiva, as professoras e professores compreendem que, embora compartilhem a educação das crianças com os membros da família, exercem funções diferentes destas. Cada família pode ver na professora ou professor alguém que lhe ajuda a pensar sobre seu próprio filho e trocar opiniões sobre como a experiência na unidade de Educação Infantil se liga a este plano. Ao mesmo tempo, o trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil pode apreender os aspectos mais salientes das culturas familiares locais para enriquecer as experiências cotidianas das crianças (BRASIL, 2009b, p. 13).

Nesse sentido, cabe a escola e a família fazer compreender as funções de cada instituição trabalhando como parceiras na educação das crianças. Um dos modos de mostrar interesse para vida escolar das crianças é comparecendo na escola cotidianamente e não somente quando se é chamado para apresentações, datas comemorativas ou reuniões, por isso nos causou um certo estranhamento nenhuma família ter respondido que vai a escola para colaborar com o projeto educativo.

Portanto, de acordo com Aoyama & Machado (2008), é preciso que a família faça uma auto avaliação para entender se realmente está conseguindo desempenhar o seu papel em relação à vida escolar dos seus filhos. Durante o curso de pedagogia, estuda-se muito sobre a importância da relação entre a família e escola. Por diversas vezes refletimos sobre o assunto e nos questionamos sobre o porquê os pais não vão até a escola assiduamente para que ambos possam trabalhar juntos ou porquê a escola pouco acolhe as famílias? Outro questionamento a se fazer é, quais são os motivos que levam os pais irem até a escola? São perguntas como essas que podem nos ajudar a estabelecer ou afastar os vínculos.

Nas considerações de Barbosa (2011), a escola não é a única responsável pela formação da cidadania. Entretanto, o desempenho dos indivíduos e da sociedade em geral, está fortemente ligado à qualidade e a equidade de oportunidades educativas. Como a escola é uma instituição de formação de sujeitos, é necessário que exista uma relação de diálogo entre família e escola. É sabido que em qualquer relação é preciso que em ambas as partes exista interação e compreensão. Por isso, tanto a escola como a família precisam

escutar uma a outra, para que elas possam se respeitar compreendendo suas ideias, tornando-se complementares, integradoras.

A pergunta número 6, buscou saber se as famílias pudessem mudar algo na escola do/da seu/sua filho/a, o que seria? Muitos dissertaram sobre o interesse em ter na escola mais recursos, estrutura, espaço físico e ambientes diversificados:

*“Ambiente mais arejado para dormir e ter um lugar para as crianças que não querem dormir” (Família 16).*

*“Mais espaço onde ele possa aprender não só dentro de sala mais fora também” (Família 17).*

*“Mais brinquedos. Parquinho na sombra e sem-terra, poderia ser na areia” (Família 19).*

*“O espaço físico, pois acho as salas de aula pequenas” (família 20).*

*“Estrutura do prédio” (Família 36).*

Esses elementos citados pelos pais das crianças, vão de encontro com o documento criado pelo Ministério da Educação em 1977, que foi modificado no ano de 2009, intitulado como “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, como o próprio nome já diz, estabelece critérios para o Atendimento nas creches e pré-escolas:

Nossas crianças têm direito à brincadeira; Nossas crianças têm direito à atenção individual; Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza; Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde; Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos; Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade; Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos; Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa; (BRASIL, 2009c, p. 13).

A primeira versão desse documento foi preparada no contexto de um projeto de assessoria e formação de profissionais de creche de Belo Horizonte. Posteriormente foi discutido no 1º Simpósio Nacional de Educação Infantil, em Brasília. Em 1994, contou com o apoio do Ministério de Educação e do Desporto, que organizou um encontro de especialistas, em São Paulo, para discutir a segunda versão do documento. Outros grupos e pessoas também colaboraram com críticas e sugestões durante todo o período de elaboração do texto (ANDRADE, 2010, p. 145). E apesar de não ser um documento tão recente, pode-se perceber que ainda ele não consegue ser efetivado por muitas escolas na

garantia dos direitos das crianças, fato que aparece nas colocações das famílias que reivindicam mais espaços e estruturas.

A família 16, por exemplo, pede espaço mais amplo para dormir. Diante disso, o documento da implementação do Pro Infância no Rio Grande do Sul (2015) traz alguns aspectos referentes a importância da criação de espaços pensados intencionalmente para as crianças, dentro do texto: “Percorrendo trajetos e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas” indica-se que

Nas creches e pré-escolas, não basta que tenhamos um espaço apenas seguro, limpo e arejado. É necessário um espaço brincante, lúdico, aconchegante e desafiador, que favoreça o jogo, a imaginação, os encontros entre bebês, entre crianças, entre crianças e adultos. Um espaço que seja lócus de investigações, criações e de vida coletiva (HORN; GOBBATO, 2015, p. 72-73).

Além disso, os documentos do MEC que organizam as escolas nos modelos Pró-Infância, já preveem o espaço do sono separado do espaço da sala de aula. O Parecer CNE/CEB nº 20/2009 (BRASIL, 2009b), que define as DCNEI, destaca que a organização dos espaços e dos materiais deverá prever estruturas que facilitem as interações das crianças, permitindo-lhes construir sua cultura de pares. Nesse sentido, pensar num espaço para as crianças que não dormem também deve ser algo presente no cotidiano das escolas. Nesse sentido, as autoras Horn e Gobatto destacam que:

Igualmente importante é planejar os espaços para atender às rotinas de cuidados corporais, pois devemos acolher com dignidade as necessidades de sono, higiene e alimentação dos bebês e das crianças bem pequenas, dando-lhes oportunidade para que participem desses momentos ativamente, agindo com o tempo de que necessitam para gradativamente irem realizando essas ações com maior independência (2015, p. 74).

Outro fato que chama a atenção, é a narrativa da família 19, pedindo a retirada da terra da escola e a inclusão de mais brinquedos. Ficamos pensativas sobre o motivo desse pedido. Seria por que as crianças se sujam? Por que terra não é vista como brinquedo? Por que quando chove não se usa o espaço? Por que ainda os elementos da natureza não ganham destaque e espaço nas escolas? Seria importante que a escola pudesse compreender esse pedido da família para poder ajudá-la a pensar sobre esse elemento.

Cada vez mais se colocam lajes nos pátios, se encurtam os horários de se estar nesses locais, com a desculpa de que causa ‘transtornos e trabalho’ o fato de as crianças encherem os sapatos com areia, se sujarem com o barro, se molharem com a água e também a crença de que para realmente aprenderem o que a escola tem de ensinar, as atividades com lápis, papel, realizadas em mesas, devem ser as mais importantes (HORN; HADDAD, 2013, p. 27).

Outro caminho, seria ouvir as dúvidas e anseios das famílias com relação as mudanças que podem ser desenvolvidas no contexto educativo, por isso a pergunta de número 6, procurou perceber esse aspecto comentado. Nesse sentido, alguns pais apontaram:

*“Eu particularmente, adoraria ter mais entrega de pareceres, tipo mensalmente. Pois é único momento que descobriremos mais a fundo as facilidades e dificuldades, na aprendizagem. Também descobrimos coisas que não sabemos a respeito de comportamento deles” (Família 2).*

*“A participação dos pais, às vezes a gente larga as crianças na escola, como se a professora fosse a babá das crianças, esquece um pouco das responsabilidades que temos como pais” (Família 3).*

*“Mudar a consciência de alguns pais onde o CMEI não é depósito de criança e sim um ambiente escolar que exige regras, sua presença e participação faz a diferença na vida da criança, que deve ser respeitado horários, enviar materiais necessários para a higiene pessoal da criança diariamente sem faltar na bolsa a agenda de comunicação lida e assinada todos os dias. Fazê-los entender que professora não é tia, nem babá e nem responsáveis para compra de roupas e fralda para seu filho, deve ser tratada com muito respeito” (Família 6).*

*“A aproximação entre a família e a escola mais especificamente entre os professores e os pais” (Família 15)*

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil falam sobre a importância de ressignificar a concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil para o alcance de novos patamares de qualidade no trabalho das instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006). O documento enfatiza a criança como um sujeito ativo, que constrói conhecimentos em interação com o mundo social, com os adultos e com seus pares. O desenvolvimento da criança apresenta características em permanentes transformações, cujas mudanças são processadas qualitativa e quantitativamente, e como a escola comunica isso as famílias? Por que tem famílias que pedem que a entrega de pareceres poderia ser mensalmente? Não poderia a escola criar outras formas de comunicação sobre o trabalho pedagógico com as famílias, conforme prevê as DCNEI?

A educação da criança pequena apresenta certas especificidades, como afirma Rocha:

*Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade. (ROCHA, 1999 apud BRASIL, 2006, p. 17)*

Essa citação teórica nos faz perceber que a ideia de que a Educação Infantil possui crianças é muito diferente de aluno. Se faz necessário refletir sobre como as crianças são

vistas em sala de aula. É preciso proporcionar espaços que são pensados intencionalmente para que ocorra troca de experiências e vivências significativas promovendo assim o aprendizado. Segundo os Indicadores de Qualidade na Educação infantil:

As definições de qualidade dependem de muitos fatores: os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes. (BRASIL, 2009, p. 11).

Outra questão a ser pontuada é que várias famílias expuseram a importância de diminuir o número de crianças nas salas:

*“Quantidade de alunos e aumentaria número de profissionais, além do que possibilitaria compra de materiais a todas as faixas etárias e melhoraria espaço físico” (Família 8).*

*“A quantidade de aluno para uma professora. Acredito que quanto menos alunos estiver mais a professora pode trabalhar naquele aluno” (Família 9).*

*“O número de alunos por turma. Turmas cheias e uma única professora para cuidar e orientar” (Família 14).*

O pedido de diminuir a quantidade de crianças por turma feita pelas famílias 8, 9 e 14, precisa ser acolhido inclusive pelas políticas públicas da etapa, que ao preverem que um adulto pode atender 8 bebês (BRASIL, 2009b), estão normatizando na sociedade uma ideia educativa que é muito diferente do que esperado e previsto. Sabemos que isso ainda acontece pelo modo como conduzimos o processo educativo, que acaba diminuindo às vezes sua qualidade pelo excesso de crianças por adultos.

A qualidade na Educação Infantil não depende somente de uma sala de aula e de uma professora, mas sim de uma estrutura completa com salas de aula que possibilitem a criação de espaços com os mobiliários ao alcance das crianças, diferentes materiais para que possam ser criadas estratégias pedagógicas diferentes. Precisamos de áreas verdes, refeitórios equipados e banheiros com papel higiênico e sabonete para que as crianças tenham autonomia e uma aprendizagem significativa, de acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil,

A instituição de educação infantil deve estar organizada de forma a favorecer e valorizar essa autonomia da criança. Para isso, os ambientes e os materiais devem estar dispostos de forma que as crianças possam fazer escolhas, desenvolvendo atividades individualmente, em pequenos grupos ou em um grupo maior (BRASIL, 2009, p. 40).

O quadro número IV, mostra uma lista de aspectos que os pais podem observar e cobrar na escola. Esses aspectos estão disponibilizados no portal do MEC e reforçam inclusive o número de crianças por turma, conforme a idade delas:

**Quadro IV** – Aspectos que os familiares podem verificar diretamente na creche ou na pré-escola.

<b>Aspectos que os familiares podem verificar diretamente na creche ou na pré-escola</b>
A instituição tem autorização de funcionamento expedida pela Secretaria Municipal de Educação?
O alvará sanitário está afixado em lugar visível?
A instituição tem proposta pedagógica em forma de documento?
Reuniões e entrevistas com familiares são realizadas em horários adequados à participação das famílias?
Há reuniões com familiares pelo menos três vezes por ano?
Os familiares recebem relatórios sobre as vivências, produções e aprendizagens pelo menos duas vezes ao ano?
A instituição permite a entrada dos familiares em qualquer horário?
Existe local adequado para receber os pais ou familiares? E para aleitamento materno?
As professoras têm, no mínimo, a formação em nível médio, Magistério?
Há no mínimo uma professora para cada agrupamento de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos?</li> <li>• 15 crianças de 3 anos?</li> <li>• 20 crianças de 4 até 6 anos?</li> </ul>
As salas de atividades e demais ambientes internos e externos são agradáveis, limpos, ventilados e tranquilos, com acústica que permite uma boa comunicação?
O lixo é retirado diariamente dos ambientes internos e externos?
A instituição protege todos os pontos potencialmente perigosos do prédio para garantir a circulação segura das crianças e evitar acidentes?
A instituição tem procedimentos preestabelecidos que devem ser tomados em caso de acidentes?

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponíveis no site: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/educacao-infantil>

Além disso, o portal do MEC também disponibiliza uma lista de questionamentos que os pais podem fazer para a criança sobre como está a escola que a mesma frequenta:

**Quadro V** – O que os familiares podem verificar com a criança sobre o atendimento na educação infantil

<b>O que os familiares podem verificar com a criança sobre o atendimento na educação infantil</b>
Pergunte qual é o nome das professoras e de outros funcionários.
Pergunte o nome dos amiguinhos mais próximos.
Pergunte à criança o que ela mais gostou de fazer naquele dia.
Incentive à criança a contar e a narrar situações vividas na instituição: <ul style="list-style-type: none"> <li>• que músicas cantou ou ouviu;</li> <li>• quais brincadeiras aconteceram;</li> <li>• que pinturas, desenhos, esculturas ela fez;</li> <li>• qual livro a professora leu;</li> <li>• que história a professora contou;</li> <li>• o que ela está aprendendo, entre outras</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponíveis no site: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/educacao-infantil>

O portal do MEC também disponibiliza questões que os familiares devem observar nas crianças sobre o atendimento na Educação Infantil:

**Quadro VI** – O que os familiares podem observar diretamente na criança sobre o atendimento na educação infantil.

<b>O que os familiares podem observar diretamente na criança sobre o atendimento na educação infantil.</b>
Observe o comportamento da criança quando ela chega na instituição (alegria, timidez ou choro).
Observe diária e atentamente enquanto estiver conversando com a criança, seu olhar, seus gestos, sua fala suas reações podem ajudar a avaliar o estado físico e emocional.  Observe as reações da criança ao ver seus colegas, isso pode demonstrar como está a relação com a turma
Observe as produções e o material que ela traz da instituição.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponíveis no site: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/educacao-infantil>

Dentre essas orientações, vale ressaltar que os pais podem procurar diversas formas de auxílio para acompanhar a vida escolar das crianças. Sabe-se que a maioria dos pais compreende a Educação Infantil somente por aquilo que eles mesmos viveram nessa etapa da vida. Nesse sentido, é importante destacar que estar do outro lado, agora como pais/responsáveis pela educação de uma criança, exige não somente colocá-la na escola, mas sim acompanhar essa trajetória compreendendo a importância dessa fase para a construção do sujeito.

#### 4.3 AS REDES SOCIAIS NA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

As redes sociais hoje são uma grande ferramenta de conexão e troca de ideias e não poderia ser diferente quando o assunto é família e escola. Pode-se dividir as redes sociais em duas categorias, como as redes de relacionamento, sendo algumas delas: Facebook, Twitter, Instagram e as redes profissionais, como o LinkedIn (CAPRA, 2008). Assim, o Facebook é uma das redes sociais mais utilizadas em todo o mundo para interagir socialmente. Hoje o aplicativo conta com cerca de aproximadamente 2.37 bilhões de usuários ativos mensalmente<sup>5</sup>.

O Facebook, rede social campo dessa pesquisa, foi criado em 2004 por um grupo de estudantes de Ciência da Computação da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Inicialmente, o Facebook seria apenas um site de relacionamento para os estudantes da própria universidade, mas logo foi aberto para outros acadêmicos de outras universidades americanas (KIRKPATRICK, 2011).

É possível encontrar sugestões dentro do guia Facebook para Educadores, de como usar a rede social em prol da escola. Nesse guia, são dadas dicas de como promover a cidadania dentro do mundo digital, bem como, de qual maneira utilizar os grupos como forma de comunicação com os alunos e com os pais, e também um auxílio aos professores de como utilizar a rede fazendo dela um recurso para o desenvolvimento profissional do professor (FACEBOOK, 2020). O Facebook como espaço virtual de recurso educativo, pode ser um aliado ao processo educacional, como Marques e seus colaboradores afirmam

O espaço virtual, quando utilizado como recurso educacional, deve ser capaz de integrar essa ludicidade com a educação, por meio de páginas criativas, que levam o sujeito a aprender de forma “divertida”, aprendendo sem as tensões normais do contexto “tradicional” de sala de aula (2011, p. 6).

---

<sup>5</sup> Conforme dados extraídos do site <https://www.socialmediatoday.com/> sobre a utilização de redes e mídias sociais.

A formação de redes sociais atinge cada vez mais, as mais diversas esferas e campos de conhecimento, desde o plano econômico, cultural até mesmo o campo educacional. Para Moura (2016, s.p), “as características dos sites de rede social, neste contexto, acabam gerando uma nova “forma” conversacional, mais pública, mais coletiva, que chamaremos de conversação em rede”.

O avanço tecnológico possibilita novas formas de comunicação, provocando diferentes transformações sociais, especialmente referente à socialização dos indivíduos. É perceptível, que as diferentes culturas sociais acabam sendo caracterizadas pela mudança rápida e constante, refletindo na cultura midiática. Segundo Hall (2006, p. 14), as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”.

Para Lévy (2009), a Internet, é um ambiente interativo e colaborativo. Esse espaço possibilita aos atores sociais propagar suas reivindicações, expressando suas ideias, indignações e seus medos.

O ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente inesperado e criativo nas lutas sociais da segunda metade dos anos 90. Partidos, sindicatos, organizações não governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações (MORAES, 2000, p. 142).

A parceria da família com a escola sempre será fundamental no processo educativo de todo indivíduo. Portanto, pais e educadores, necessitam acompanhar a caminhada de formação educacional das crianças/estudantes. Segundo Veiga (2005), o projeto político-pedagógico deverá garantir a presença da família refletindo sobre o processo educativo, auxiliando, questionando, participando da gestão democrática da escola.

A pergunta de número 7, questionava as famílias sobre o Porquê recorrem aos grupos de Educação Infantil no Facebook? O que esperam encontrar neles? Muitas respostas enfatizaram a troca de experiências. Pois como já mencionado grande parte das famílias que são usuárias dos grupos de Educação Infantil, também são formadas por professores/as da Educação Infantil. Como podemos ver no registro de algumas famílias:

*“Troca de experiências e atividades, é um apoio para definir o que funciona melhor ou é mais viável em cada situação, dicas de atividades, sugestões de livros e brincadeiras também é possível encontrar soluções para muitos problemas” (Família 1).*

*“Recorro porque também faço parte da educação e acho importante existir trocas de ideias, sugestões e motivações entre educadores além de poder adquirir algumas sugestões para que eu mesma possa trabalhar com o meu filho em casa.” (Família 2).*

*“Troca de experiências com professoras, pois além de mãe sou educadora também. Ideias e sugestões que posso adaptar a minha realidade” (Família 7).*

*“Sou educador e mãe, existem postagens que me auxiliam na ajuda com os filhos e também me auxiliam nós meus estudos e projetos” (Família 8).*

Algumas famílias, também enfatizaram a busca por atividades, para colocar em prática nas suas turmas e também para “reforçar” os aprendizados da escola em casa.

*“Dicas de melhorias no ensino inovações de acordo com as novas normas também formas lúdicas de se trabalhar tanto em casa como no ambiente escolar com as crianças” (Família 4).*

*“Além de mãe, também sou pedagoga professora de Educação Física, busco atividades extras para minha filha e alguma atividade que posso adaptar para meus alunos” (Família 5).*

*“Atividades, idéias e criações novas que possa auxiliar o desenvolvimento e aprendizado em casa nas horas livres e nos "temas de casa" (Família 6).*

Refletindo sobre as respostas acima, é notável que os familiares mencionam a troca de experiências como forma de encontrar mais opções de atividades para seus filhos e também para as turmas nas quais eles trabalham. Mas como é feita essa troca de experiências?

Como os grupos de Educação Infantil do Facebook são abertos para que todos os membros possam fazer postagens, essa troca de experiência pode ocorrer por meio da postagem de alguma atividade que desenvolveu com sua turma e deu certo, ou até mesmo comentando nessa postagem pontos positivos ou não sob a tal prática mencionada. Sabe-se que a formação continuada é hoje uma necessidade para que todos os profissionais possam estar sempre evoluindo com seu trabalho docente, deve ser entendida como “um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos, as múltiplas exigências, desafios que a ciência tecnológica e o mundo do trabalho colocam” (FERREIRA, 2003, p. 20).

Nesse sentido, a busca por alternativas mais “práticas”, como participar de um grupo onde centenas de pessoas publicam sugestões de “atividades”, acaba se tornando um caminho mais acessível para o dia a dia de pais e professores conectados, pois uma rede social é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. As redes “não

são, portanto, apenas uma outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente” (DUARTE; FREI, 2008, s.p.).

Para Tanenbaum (2010) as redes sociais permitem que as pessoas possam compartilhar suas ideias, com diferentes indivíduos que possuem o mesmo pensamento. Desse modo, é possível o compartilhamento de informações, conhecimentos e interesses deles, em busca de objetivos comuns. Porém, convém destacar que as postagens que são realizadas nesses grupos, na grande maioria, não são exemplos que se aproximam das discussões propostas pela BNCC e nem pelas DCNEI, pois são exemplos de trabalhos com datas comemorativas, atividades lúdicas sem contexto.

Vale ressaltar que muitas das postagens feitas nos grupos são exemplos que não respeitam a legislação e não cumprem o conceito básico que é ter a criança no centro do planejamento, conforme prioriza as DCNEI (BRASIL, 2009a), já que são atividades de pintar, colar, copiar, reproduzir, etc. São exemplos de situações que não desenvolvem projetos educativos que levem em conta a escuta das falas das crianças por meio de experiências significativas.

Além disso, as postagens dos grupos de Educação Infantil do Facebook não conseguem cumprir com o conceito de currículo das DCNEI articulando saberes das crianças com o que faz parte do patrimônio cultural.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009a, s.p)

Desse modo, é possível afirmar que os grupos são uma ferramenta para buscar novas ideias, porém é preciso ter cuidado que muitas ideias não devem ser consideradas como norteadoras do trabalho pedagógico.

A tecnologia pode ser muito eficiente para a aproximação dos pais na vida escolar dos filhos, pois facilita a comunicação entre escola e responsáveis, permite o acompanhamento das atividades escolares desenvolvidas pelos filhos, colaborando com a comunicação e mantendo os pais bem informados sobre o que acontece. De acordo com Fevorini e Lomônaco (2009, p. 76), essa aproximação “[...] pode permitir a quebra de preconceitos por parte da escola em relação às famílias e uma compreensão maior por parte das mesmas do papel da escola e da sua forma de trabalhar”. Sendo assim, o

envolvimento dos pais na escola, continua sendo fundamental para garantir que eles sejam parte ativa na educação das crianças:

[...] a família não é convidada da escola, num dia especial do ano, marcado por muita propaganda, mas sujeito ativo do cotidiano escolar e participe de suas decisões e orientações, [...] o dia da família na Escola é a consagração da prática do espontaneísmo, esvaziando a escola de seu conteúdo pedagógico e diminuindo sua função de construir e socializar o conhecimento e, assim, contribuir para o enriquecimento cultural (CNTE *apud* VEIGA, 2010, p. 62).

Concordando com a citação acima, é por meio da interação entre a família e a escola que ocorrem as trocas de saberes e é onde as famílias se tornam ativas na educação das crianças. Nesse sentido, cabe aqui o questionamento: seria mesmo as redes sociais o espaço adequado para que ocorra a interação entre família e escola? Ou as redes sociais são apenas um universo do “achômetro” onde todo mundo sabe tudo e “acha” tudo sobre tudo? E de que maneira estão concebendo a Educação Infantil nesse espaço? Será que está de acordo com o que preveem as legislações como as DCNEI e a BNCC?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da graduação, estudamos a importância da relação entre a família e a escola, o que acabou provocando a escolha desse tema de pesquisa. Visto que, em alguns dos referenciais teóricos lidos durante o curso de graduação em Pedagogia, a relação entre família e escola é vista como parte essencial e fundamental para uma educação integral e de qualidade da criança, procurei investigar qual a concepção dos pais usuários dos grupos do Facebook, sobre a Educação Infantil.

Partindo disso, realizou-se uma busca por grupos de pais de Educação Infantil no Facebook, porém os grupos de pais são criados em sua maioria para as escolas. Desse modo, observando os grupos de Educação Infantil no qual eu faço parte, foi perceptível que diversas publicações eram feitas por pais não atuantes na área, muitas vezes questionando alguma coisa, procurando sanar dúvidas, e até buscando sugestões em torno da Educação Infantil. Desse modo, o Facebook foi um facilitador na produção dos dados por meio de questionários respondidos pelos pais usuários desses grupos.

Os dados produzidos por meio dos questionários publicados nos grupos Educação Infantil, nos mostraram o quanto essa etapa da educação básica ainda é vista como preparatória para o Ensino Fundamental. Em muitas escritas das famílias, os mesmos trazem alguns termos e nomenclaturas que não estão em nenhum documento oficial que definem e regem a Educação Infantil, como por exemplo: “habilidades” “iniciação a alfabetização”, “preparação”, etc.

Muitos pais mencionaram o termo habilidades em suas respostas como forma de dizer o que as crianças precisam aprender. Porém me questiono: quais são essas habilidades? e me questiono mais ainda sobre o seguinte: caso as “habilidades” estivessem descritas nos documentos como algo essencial para a formação das crianças durante a Educação Infantil, será que os pais saberiam questionar os professores e a escola a respeito do que seus filhos estão aprendendo?

Outros termos são usados equivocadamente como por exemplo: “suprir”, “alunos”, “estimular”, “aprimorar”, “exercitar capacidades”, entre outros termos que não estão em nenhuma legislação atual e que não definem nem Educação Infantil e nem mesmo o currículo dessa etapa da educação das crianças.

Outro ponto para ser observado é que a grande maioria das respostas obtidas foram de pais/professores/as, e nesse caso por que insistem em querer preparar as crianças ou em querer alfabetizá-las na Educação Infantil? Será que a formação docente não foi

suficiente para que esses conceitos fossem interpretados de forma coerente por eles? Como as legislações estão sendo trabalhadas nos cursos de formação de professores? Por que os termos ainda não são compreendidos ou usados inadequadamente?

Durante a graduação, passamos anos estudando sobre o que é Educação Infantil e sobre como propiciar as crianças experiências significativas para a sua aprendizagem. Além disso, durante o curso, falamos tanto em formação continuada, em “sair da bolha”, que me questiono sobre o que muda quando vamos a escola? Será que tudo o que aprendemos é esquecido? Ou o método tradicional é mais fácil? Ou o ensino e formação docente é ineficiente? Desconexo das legislações educacionais?

Confesso que ao pensar sobre qual temática de TCC que gostaria de escrever, havia uma expectativa com relação as respostas das famílias, primeiro eu esperava que somente pais não atuantes na área da educação respondessem os questionários, segundo eu esperava somente respostas do tipo: “*espero que meu filho aprenda a ler e a escrever para chegar ao primeiro ano*” ou então, “*espero que meu filho aprenda somar e subtrair*”. Como isso não aconteceu com tanta intensidade, de certa forma me frustrei com a pesquisa ao perceber que minhas hipóteses iniciais não foram confirmadas.

Por outro lado, pensei: mas que bom que os pais evoluem né? Mesmo eles sendo professores, isso é importante. Que bom que as famílias estão buscando compreender não só a Educação Infantil, mas também o ser criança. É importante destacar o quanto a formação continuada dos profissionais que atuam na área da educação é essencial, pois se temos professores que compreendem a importância e o real significado do seu trabalho, também podemos ter famílias não atuantes na área que podem buscar por tal compreensão.

Antes de realizar a pesquisa “oficialmente”, realizei uma breve pesquisa com a minha família para saber o que entendiam sobre o assunto. E a resposta que mais recebi, foi a de “alfabetização”. Refletindo sobre isso, é importante fazer o seguinte questionamento: quando paramos para refletir sobre a escola depois que saímos dela? Quando somos crianças e adolescentes o que pensamos e entendemos é que é nossa obrigação estar na escola para poder ter um belo futuro, nos tornando profissionais capazes de exercer nossa profissão. Vamos a escola em virtude de uma preparação para o futuro, mas que futuro é esse? Que preparação é essa? Mas, depois que saímos da escola, paramos de refletir sobre isso, até que precisamos inserir nossos filhos na escola.

Salientando que a aprendizagem não ocorre somente na escola, mas também na vida familiar, é na escola que as práticas e experiências pensadas de maneira intencional

se efetivam produzindo interações significativas. Diante disso, trago aqui novamente o questionamento feito aos pais: de que maneira acontece a interação entre a sua família e a escola de seu/sua filho/a?

Como podemos observar nas respostas, já apresentadas no subcapítulo 4.2, muitos pais vão a escola para entregas de avaliações e em datas comemorativas. Nenhuma família informou ir para a escola para desenvolver projetos, auxiliar nas atividades propostas pela escola. Nesse sentido, é importante salientar a importância da construção de uma relação entre a escola e a família para o processo de aprendizagem das crianças. O primeiro passo para que haja uma parceria entre a família e a escola, é ambas as instituições se conhecerem e compreenderem seus papéis/funções.

Quando uma família vai até a escola matricular seu filho, pode pedir para analisar os documentos e o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, para que possam compreender qual é a filosofia e os objetivos da escola. Quando a criança ingressa no ambiente educativo, ela leva consigo inúmeros conhecimentos que surgem a partir da realidade na qual ela está inserida. Nesse momento, é de extrema importância que a escola conheça qual é o contexto social em que a criança está inserida.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequência; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas. Observações de inferência e fatos de julgamentos (BORDANAVE, 1983, p. 72-73).

É necessário estabelecer uma parceria entre família e escola para o processo de educação das crianças. Porém, é preciso também esclarecer quais os papéis de cada um. A família tem direito de saber o que acontece na escola, por isso, é preciso que a escola forneça aos pais por meio de documentação e registros específicos as situações desenvolvidas. Staccioli (2013, p. 152) argumenta que: “[...] é preciso que os conteúdos das produções das crianças sejam apresentados de modo que evidenciem mais os processos colocados em prática pelas crianças do que os resultados alcançados”, ou seja, é preciso que a escola acompanhe os processos e construções de cada criança e não somente que busque e exponha os resultados.

Outro ponto a ser destacado é como essa parceria entre família e escola poderia ser almejada? Acredito que primeiramente, é preciso que os professores busquem por uma formação continuada e que busquem compreender qual a finalidade do seu trabalho. Posteriormente cabe aos professores fazer um chamamento de todas as famílias e explicar a eles sobre a função da Educação Infantil e a importância dessa parceria entre ambos.

Acredito que raramente a iniciativa de ir até a escola seja da família, por isso penso que cabe a escola construir projetos que envolvam família/escola.

Acredito que a escola busca por meio das redes sociais uma maior aproximação com as famílias, porém o que eu vejo nesses grupos são famílias precisando de ajuda com relação a educação de seus filhos e professores procurando atividades para fazer com suas turmas. O que acaba condicionando cada vez mais as famílias a não irem até a escola, pois ao olhar os grupos eu imagino que os pais pensam: *“Ok, está tudo sob controle, estão fazendo atividades muito divertidas e “lúdicas”, não precisam de mim lá!”*

Minha pesquisa foi realizada com adultos, e o que me fez pensar durante a construção desse trabalho é o que as crianças diriam se elas estivessem respondendo ao mesmo questionário. O que elas entendem por Educação Infantil? Quais as experiências que devem ser vivenciadas por elas mesmas? Como as famílias delas interagem com a escola? E a mais interessante no meu ponto de vista: O que você mudaria na sua escola? Fico a imaginar a quão riquíssima seria essa pesquisa. O que as crianças diriam?

Será que elas fariam sobre a importância de alfabetizar para entrar no Ensino Fundamental? Ou elas pediriam mais tempo para brincar? Será que elas gostariam de ter um espaço dedicado ao sono com a luz apagada, com um cheirinho gostoso e um travesseiro bem fofo? Ou será que elas diriam que gostariam de ter sabonete para lavar as mãos ao ir ao banheiro? Ou o que mais ouvimos quando estamos na escola *“profe que horas é o lanche?”* Será que elas gostariam de espaços pesados com elas e para elas? Como um refeitório feito adequado a altura delas, ou como uma área verde que proporcione o brincar na natureza? Bom, não sei se todos esses questionamentos estariam nas falas das crianças, mas são questionamentos que permanecem comigo.

Essa pesquisa me proporcionou compreender melhor o que as famílias compreendem sobre a Educação Infantil de dois pontos de vistas. De sujeitos que só ocupam o lugar de familiares de crianças e de sujeitos que estão ao mesmo tempo dos dois lados, sendo – família e escola. Não cabe a mim julgar as respostas, mas sim compreender e refletir de que maneira eu posso contribuir nessa construção da aproximação entre ambas as instituições como pedagoga. Desse modo, espero poder continuar em um outro momento nessa busca pela compreensão podendo também quem sabe compreender o ponto de vistas das crianças, os sujeitos mais importantes dessa relação.

Espero que esse trabalho contribua de maneira significativa para todas as famílias e profissionais que atuam na Educação Infantil, possibilitando a todas as crianças aquilo que é delas por direito: uma educação de qualidade com a parceria entre família e escola.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. 2010. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ANGOTTI, M. **Educação infantil: para que, para quem e por quê**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. Tradução Dora Flaksman, 2. ed. — Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Luciani Gallo Machado; DA SILVA, Neide; DOS SANTOS MELO, Solange. **A história da educação infantil: Centro de educação infantil Eusébio Justino de Camargo Nova Olímpia – MT**. 2010. Disponível em: <[http://need.unemat.br/4\\_forum/artigos/luciani.pdf](http://need.unemat.br/4_forum/artigos/luciani.pdf) >. Acesso: 17 mar. 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <[http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_odontologia/pdf/setembro\\_dezembro\\_2006/metodologia\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2020.

BORDDENAVE, J. E.D. **O que é participação**. 2a ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 de mar. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 27 de mar. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.ht>>. Acesso em 27 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 21 de jan. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2009a.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 20/2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009c.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>> . Acesso em: 22 de jan. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ftd, 2007.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNCC e educação infantil- Quais as possibilidades? **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2016. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/585/659>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CAPRA, Fritjof – Vivendo Redes. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARDOSO, Marcélia Amorim; CARRANCHO, Ivone da Silva. O brincar na Pré-Escola: reflexões sobre a brincadeira, a escola e o desenvolvimento infantil. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-1, 17 jun. 2017. Semanal. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/12/o-brincar-na-pr-escola-reflexes-sobre-a-brincadeira-a-escola-e-o-desenvolvimento-infantil>>. Acesso em: 17 fev 2020.

CARR, E. H. **Que é história?**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COSTA, Leila Pessôa da; SANTA BÁRBARA, Rubiana Brasília. A educação da criança na idade antiga e média. **VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais**, v. 6,

2008. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2008/pdf/c008.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2020

CRAIDY, Carmem Maria. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise P.da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DA COSTA NUNES, Ruy Afonso. **História da educação na Idade Média**. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

DE OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?**. 2010. Disponível em: <[DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: DIDONET, Vital. \*\*Educação Infantil: a creche, um bom começo\*\*. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28. Disponível em: <\[https://scholar.google.com/scholar\\\_url?url=http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2148/2117&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=8205978755189057626&ei=M7EtYIy\\\_B7PKsQLPvKi4Ag&sig=AAGBfm3Q72mlqYpvMe-49ChYQHkOfdxNZw\]\(https://scholar.google.com/scholar\_url?url=http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2148/2117&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=8205978755189057626&ei=M7EtYIy\_B7PKsQLPvKi4Ag&sig=AAGBfm3Q72mlqYpvMe-49ChYQHkOfdxNZw\)>. Acesso em 05 jun. 2020.](http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file#:~:text=O%20curr%C3%ADculo%20busca%20articular%20as,estruturam%20o%20cotidiano%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es.></a>. Acesso em: 17 jan 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

DUARTE, Fábio; FREI, Klaus. Redes Urbanas. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; Souza, QUEILA. **O Tempo Das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KATZ, Lilian. **O que podemos aprender com Reggio Emilia?** In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Penso, 2016. 1 v.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FACO, Vanessa Marques Gibran. **Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de adolescentes**. 2007. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97450>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FEVORINI, Luciana Bittencourt; LOMÔNACO, José Fernando Bittencourt. **O Envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias**. n.28, 1º sem. De 2009, p. 73-89. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43103>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: carta pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. 44ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: CORTEZ, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HORN, Maria da Graça Souza; GOBBBATO, Carolina. Percorrendo trajetórias e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas. In: ALBUQUERQUE, S. S.; FLORES, M. L. R. (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015, v. 1, p. 65-84.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: A formação do homem grego**. São Paulo: Herder, 1966.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KIRKPATRICK, David. **O efeito facebook**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

KRAMER, Sonia.; MOTTA, Flávia Miller Naethe. Criança. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

KOHAN, W. Infância. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação infantil: Uma Abordagem Histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 5-18, 2000.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LÜDKE, M; ANDRE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, RS., GALEFFI, D., PIMENTEL A. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Available from SciELO Books. Disponível em: <  
<https://static.scielo.org/scielobooks/s6/pdf/macedo-9788523209278.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, I. L.; VASCONSELOS, J. F. N.; BORTOLUZZI, V. **Espaço virtual de aprendizagem mais Unifra**: a rede social como espaço de aprendizagem. Santa Maria, 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/abed.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MARTINS, Antilia Januária et al. A concepção de família e religiosidade presente nos discursos produzidos por profissionais médicos acerca de crianças com doenças genéticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, p. 545-553, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000200027&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000200027&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MEDEIROS, Clayton Gomes; RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz. A Educação Infantil e o ranço do assistencialismo. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 1, n. 20, São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://scholar.google.com/scholar\\_url?url=https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3034&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=133114822971814247&ei=fLMtYPi6AcnDmAGDsrKgCQ&scisig=AAGBfm39YXy7NHxAurLpBe8NPaEgKzUPSA](https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3034&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=133114822971814247&ei=fLMtYPi6AcnDmAGDsrKgCQ&scisig=AAGBfm39YXy7NHxAurLpBe8NPaEgKzUPSA)> Acesso em: 15 jun. 2020.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2005.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007 p. 17-44. Disponível em: <[https://scholar.google.com/scholar\\_url?url=http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2148/2117&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=8205978755189057626&ei=M7EtYIy\\_B7PKsQLPvKi4Ag&scisig=AAGBfm3Q72mlqYpvMe-49ChYQHkOfdxNZw](https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2148/2117&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=8205978755189057626&ei=M7EtYIy_B7PKsQLPvKi4Ag&scisig=AAGBfm3Q72mlqYpvMe-49ChYQHkOfdxNZw)>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/88730>>. Acesso em: 24 maio. 2020.

NÓBREGA, Valeska Cahú Fonseca da et al. As redes sociais de apoio para o Aleitamento Materno: uma pesquisa-ação. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 429-440, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n121/429-440/pt/>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

NUNES, Viviane Faria Lopes. **Identidade, família e letramento**: representações discursivas num contexto de pobreza. 2008. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/3687>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

OLIVEIRA, F. C. R. M. DE; SOARES, L. P. Comunicação e entretenimento na cibercultura: repensando as articulações entre lúdico, cognição e tecnologia. **E-Compós**, v. 13, n. 2, 23 fev. 2011. Disponível em: <<https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/482/436>>. Acesso em 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?**. São Paulo, 2010. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34531705/O\\_curriculonaeducacaoinfantil.pdf?1408973015=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO\\_CURRICULO\\_NA\\_EDUCACAO\\_INFANTIL\\_O\\_QUE\\_P.pdf&Expires=1617846155&Signature=YZ7k71fu2F~F6YJgL8UShhbXzv2TtsDMnWdvoCxbB2kzINYd~7yj4U53vGKrBq4ynyoG6OB1XvBgZtlqWEh95-VSlaIA46cPMKtsj9Dnu9LyrZvn-mTIAWvoPQYRVLissD5X7tInXJ~qYd6Zm5O5F3YzH2fb4tRteQNVWX-U~XmXUWJqzuxehhaOEyuRdaJeKE1rlFKVnK48E2OMzNrQHtqfpSXyDT0lITYHU AmsXWBrLhCvflcnqgPDfSnfSL-tpG~OIHVovHXrNDBShOX6MzbDFAFzasGIUHBPm6d1J~lXypeBnmCllfZmOcvyHbVWn3d7flaqVEKVjcxUpzt9eg\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34531705/O_curriculonaeducacaoinfantil.pdf?1408973015=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_CURRICULO_NA_EDUCACAO_INFANTIL_O_QUE_P.pdf&Expires=1617846155&Signature=YZ7k71fu2F~F6YJgL8UShhbXzv2TtsDMnWdvoCxbB2kzINYd~7yj4U53vGKrBq4ynyoG6OB1XvBgZtlqWEh95-VSlaIA46cPMKtsj9Dnu9LyrZvn-mTIAWvoPQYRVLissD5X7tInXJ~qYd6Zm5O5F3YzH2fb4tRteQNVWX-U~XmXUWJqzuxehhaOEyuRdaJeKE1rlFKVnK48E2OMzNrQHtqfpSXyDT0lITYHU AmsXWBrLhCvflcnqgPDfSnfSL-tpG~OIHVovHXrNDBShOX6MzbDFAFzasGIUHBPm6d1J~lXypeBnmCllfZmOcvyHbVWn3d7flaqVEKVjcxUpzt9eg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)>. Acesso em: 14. Out. 2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/declaracao_universal_dos_direitos_da_crianca.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. p.10-65.

PATRÍCIO, Maria Raquel; GONÇALVES, Vítor. **Facebook: rede social educativa?**. In: I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. p. 593-598. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3584>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 2ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

PRADO, Danda. **O que é família?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood?: Provenance, promise and problems. In: **Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood**. London, Routledge, 2015. p. 6-28. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QGkIc5enO5MC&oi=fnd&pg=PA7&dq=.+A+new+paradigm+for+the+sociology+of+childhood%3F:+Provenance,+promise+and+problems&ots=wVxZWpIWzB&sig=hGUuNCvCmrZdYWbenkXvf6mrKBo&redir\\_esc=y#v=onepage&q=.%20A%20new%20paradigm%20for%20the%20sociology%20of%20childhood%3F%3A%20Provenance%2C%20promise%20and%20problems&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QGkIc5enO5MC&oi=fnd&pg=PA7&dq=.+A+new+paradigm+for+the+sociology+of+childhood%3F:+Provenance,+promise+and+problems&ots=wVxZWpIWzB&sig=hGUuNCvCmrZdYWbenkXvf6mrKBo&redir_esc=y#v=onepage&q=.%20A%20new%20paradigm%20for%20the%20sociology%20of%20childhood%3F%3A%20Provenance%2C%20promise%20and%20problems&f=false)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RIBEIRO, Laís Souza. **A participação da família na vida escolar dos filhos**. Universidade de Brasília- UnB / Faculdade de Educação- FE. Brasília, 2011. Disponível

em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3132/1/2011\\_LaisSouzaRibeiro.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3132/1/2011_LaisSouzaRibeiro.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2020.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emília: Escutar, investigar e aprender.** Tradução: Vânia Cury. – 1.ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004

SANTOS, Marco Aurelio Moura dos. **O DISCURSO DO ÓDIO EM REDES SOCIAIS.** São Paulo: Lura Editorial, 2016. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PH1rDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=O+discurso+do+%C3%B3dio+em+redes+sociais&ots=2thPGhyq3&sig=YFRXErIChXHYW9m7dflf5rjGmeo&redir\\_esc=y#v=onepage&q=O%20discurso%20do%20%C3%B3dio%20em%20redes%20sociais&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PH1rDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=O+discurso+do+%C3%B3dio+em+redes+sociais&ots=2thPGhyq3&sig=YFRXErIChXHYW9m7dflf5rjGmeo&redir_esc=y#v=onepage&q=O%20discurso%20do%20%C3%B3dio%20em%20redes%20sociais&f=false)>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SOUSA, Jacqueline Pereira De. **A Importância da Família no Processo de Desenvolvimento da Aprendizagem da Criança.** INESC – Instituto de Estudos Superiores do Ceará Pró-Reitoria de Educação Continuada. Fortaleza – 2012. Disponível em: <[https://apeoc.org.br/extra/artigos\\_cientificos/A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_FAMILIA\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_DA\\_APRENDIZAGEM\\_DA\\_CRIANCA.pdf](https://apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOUZA, Maria Ester do Prado. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).** Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância.** São Paulo: Cortez, 2007.

SZYSMANSKI, H. **A relação família/escola: Desafios e perspectivas.** Brasília: Martins Fontes, 2009.

TANENBAUM, Andrew S. **Sistemas operacionais modernos.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

TAVARES, Camila Mendes Martins; NOGUEIRA, Marlice Oliveira. Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. **Formação@Docente**, v. 5, n. 1, p. 43-57, 2013. Disponível em: <[https://www.metodista.br/revistas/revistas\\_izabela/index.php/fdc/article/view/309](https://www.metodista.br/revistas/revistas_izabela/index.php/fdc/article/view/309)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

UNICEF et al. **Declaração universal dos direitos da criança.** v. 21, n. 10, p. 201, 1959. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

VARANI, Adriana. SILVA, Daiana Cristina. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira**. Brasília, v. 91, n. 229, p. 511- 527. 2010. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/627>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**. Papyrus Editora, 2005.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de consentimento informado para os pais



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ciente de minha participação nesta pesquisa intitulada como PAIS NAS REDES SOCIAIS: CONCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL, ao responder este questionário autorizo a utilização de minhas respostas, bem como a posterior análise destas, em possíveis publicações e divulgações científicas, desde que minha identidade seja preservada. \*

#### DADOS DO PARTICIPANTE

Nome Completo:

Sexo: \* Feminino ( ) Masculino ( )

Idade \* \_\_\_\_\_

#### PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A minha participação no referido estudo, será através deste questionário com perguntas já semiestruturadas, organizada pela pesquisadora Caroline Rosane Nilson, discente do curso de licenciatura em Pedagogia da UFFS- Campus Erechim, e sua orientadora: Professora Ma. Flávia Burdzinski de Souza, que servirá como base para reflexões e produção de dados para sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

#### SIGILO E PRIVACIDADE

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, **meu nome** ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, **será mantido em sigilo**. A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade dos dados. Assim, concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa, possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos

científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome. A entrevista ficará sob a propriedade do responsável pela pesquisa.

### **CONTATO**

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Caroline Rosane Nilson, discente da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, e com ela poderei manter contato pelo endereço eletrônico: carolrnilson@gmail.com, caso necessite tirar dúvidas sobre o trabalho.

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito (a) com as respostas, assim manifesto meu livre consentimento em participar:

( ) Afirmo e declaro o desejo em participar da pesquisa



**APÊNDICE B** – Questionário destinado a pais da Educação Infantil (Crianças de 0 a 6 anos de idade)

**QUESTIONÁRIO DESTINADO A PAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
(CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE)**

**Organizadora:** Caroline Rosane Nilson

**Orientadora:** Professora Ma. Flávia Burdzinski de Souza

**DADOS DO PARTICIPANTE**

**Nome Completo:**

**Sexo:** \* Feminino (  ) Masculino (  )

**Idade:** \* \_\_\_\_\_

**PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO**

A minha participação no referido estudo, será através deste questionário com perguntas já semiestruturadas, organizada pela pesquisadora Caroline Rosane Nilson, discente do curso de licenciatura em Pedagogia da UFFS- Campus Erechim, e sua orientadora: Professora Ma. Flávia Burdzinski de Souza, que servirá como base para reflexões e produção de dados para sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1. Qual a idade do/da seu/sua filho/a?

(  ) 1

(  ) 2

(  ) 3

(  ) 4

(  ) 5

2. Seu/sua filho/a frequenta uma escola de Educação Infantil:

- Pública
- Privada
- Conveniada (privada que recebe recursos da rede pública)

3. O que você entende por Educação Infantil?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Qual o papel/função da Educação Infantil hoje? Quais as experiências devem ser vivenciadas pelo seu/sua filho/a?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5. De que maneira acontece a interação entre a sua família e a escola de seu/sua filho/a? Você pode marcar mais de uma resposta.

- Reuniões mensais
- Reuniões semestrais
- Reuniões anuais
- Palestras com profissionais sobre assuntos diversos
- Dia das mães
- Dia dos pais
- Dia dos avós



## CONCLUSOES

Essa pesquisa visa contribuir na formação do futuro professor de Educação Infantil, de maneira que possa compreender melhor as famílias para que os professores possam desenvolver práticas de significativas com as crianças.

## APÊNDICE C – Questionário Google Forms.

Seção 1 de 4

## Pesquisa: Questionário Destinado a Pais da

Você está sendo convidado(a) a preencher este questionário anônimo que faz parte da pesquisa "PAIS NAS

Endereço de e-mail \*

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito (a) com as respostas, assim manifesto meu livre consentimento em participar. \*

Sim, afirmo e declaro o desejo em participar da pesquisa

Não. Não quero participar.

Seção 2 de 4

## Dados do Participante



Descrição (opcional)

Nome Completo

Texto de resposta curta

Sexo: \*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não informar

Idade \*

Texto de resposta curta

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção



## Seção 3 de 4

## Perguntas



Descrição (opcional)

1. Qual a idade do/da seu/sua filho/a? (você pode assinalar mais do que uma opção caso tenha mais de um filho na Educação Infantil). \*

 1 2 3 4 5



2. Seu/sua filho/a frequenta uma escola de Educação Infantil: \*

- Pública
- Privada
- Conveniada (privada que recebe recursos da rede pública)

3. Para você, o que é Educação Infantil? \*

Texto de resposta longa

---

4. Qual o papel/função da Educação Infantil hoje? Quais as experiências devem ser vivenciadas pelo seu/sua filho/a? \*

Texto de resposta longa

---

⋮

5. De que maneira acontece a interação entre a sua família e a escola de seu/sua filho/a? Você \*  
pode marcar mais de uma resposta.

- Reuniões mensais
- Reuniões semestrais
- Reuniões anuais
- Palestras com profissionais sobre assuntos diversos
- Dia das mães
- Dia dos pais
- Dia dos avós
- Apresentações de fim de ano
- Encerramento de projetos
- Bilhetes via agenda
  
- Grupos de estudos
- Conselho de Pais e mestres
- Conversas frequentes com a professora
- Nas entregas de avaliações
- Nas redes sociais
- Outros...

6. Se você pudesse mudar algo na escola do/da seu/sua filho/a, o que seria? \*

Texto de resposta longa

---

7. Por que você recorre aos grupos de Educação Infantil no facebook? O que espera encontrar neles? \*

Texto de resposta longa

---

Seção 4 de 4

## Agradecimento



Grata pela sua participação.